



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1834/05	DATA: 17/11/2005
INÍCIO: 13h20min	TÉRMINO: 16h31min	DURAÇÃO: 03h11min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h11min	PÁGINAS: 77	QUARTOS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
WANDERVAL SANTOS – Deputado Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento do Deputado Wanderval Santos, representado no Processo nº 18, de 2005.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone, inaudíveis. A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 63ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre a bancada cópia da ata da 62ª reunião.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Edmar Moreira, pela ordem.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Como este Plenário já tem conhecimento e a distribuição do avulso já foi feita, requeiro, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os senhores que forem favoráveis à dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Os que forem favoráveis à ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da 62ª reunião ordinária.

Ordem do Dia.

Srs. Deputados, Expediente.

Existe um requerimento do Deputado Edmar Moreira. Deputado, eu gostaria que V.Exa. o explicasse aos Srs. Deputados do Conselho.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros.

Sr. Presidente, eu submeti à consideração de V.Exa. e deste Conselho uma ordenação, um cronograma do meu trabalho. Agora, com certeza, evidentemente sem fazer nenhum juízo, nós não podemos admitir que injustificadamente os nossos trabalhos sejam protelados. Neste meu requerimento V.Exa. e este Conselho vão poder ver que nós estamos seguindo o Regimento. Nós estamos dando todos os prazos e com certeza não há a mínima possibilidade de cerceamento de defesa. Eu não tenho pressa, mas nós temos um objetivo, nós temos uma tarefa a ser cumprida, porque todos sabem que o recesso se avizinha. Então, relativamente às ponderações que me foram feitas e acerca do meu requerimento, eu peço a V.Exa. para ler para este Plenário o que foi retirado e o que foi simplificado desse requerimento.

E eu tive oportunidade até... Infelizmente eu não pude vir à sessão de ontem. Eu a acompanhei pela televisão e vi o comentário do nobre Deputado Jairo Carneiro,



um dos homens mais respeitáveis desta Casa, mas eu queria fazer uma ponderação. O Conselho de Ética — nós temos batido nesse assunto — não tem poder coercitivo, e nós não podemos intimar nem convocar nenhuma testemunha.

Então, em vista disso, nós ficamos ao arbítrio e a critério dessas testemunhas, que elas marcam uma determinada data, vêm, não vêm. E no meu requerimento, Sr. Presidente... Este Conselho, numa reunião anterior, deliberou que excepcionalmente os Srs. Ministros de Estado, quando convidados, eles poderiam manifestar a ausência deles aqui, poderiam até não vir, mas desde que respondessem os quesitos, as perguntas por escrito.

Muito bem. Em vista disso, tendo em vista a dificuldade de trazer aqui algumas testemunhas, que eu reputava senão importantes, mas para fazer um juízo de valor melhor daquilo que nós estamos apurando, eu notei que essas testemunhas também não virão.

Então, eu entendo, nobre Deputado Jairo Carneiro, que essa minha ponderação inicial... Se nós não podemos trazer a testemunha aqui, por que não oficiá-las? E elas responderiam. É muito melhor ter por escrito aquilo que possivelmente a testemunha falaria aqui para nós, neste Plenário — e até, na sua intimidade, ela poderia fazer até — quem sabe? — com mais acerto e até com mais serenidade.

Tendo em vista que este Conselho já adotou que essa medida é somente para os Ministros, então eu passo a ler para V.Exa. o meu requerimento, o que ficou do meu requerimento. Eu fiz os atendimentos e as ponderações que chegaram até a mim.

Agora, eu quero fazer um apelo a V.Exa. e aos Conselheiros. Eu marquei o dia 8 de dezembro para a leitura do meu relatório e do meu voto, e esse lapso de tempo até 8 de dezembro, com certeza, é tempo absolutamente suficiente para que eu chame as testemunhas de acusação. Eu não gosto de falar de acusação; as testemunhas arroladas pelo Relator, porque, de repente, a testemunha arrolada pelo Relator até auxilia o representado — por que não? Então, não é em termos de testemunha de acusação.

Vou passar a ler para V.Exa. e gostaria de que V.Exa. o submetesse a este Plenário.



“Requer dispensa da apreciação do pedido de encaminhamento de questionário, em caráter excepcional, aos Srs. Rogério Lanza Tolentino e Luís Costa Pinto.”

Isso, com certeza, ficou previamente prejudicado, porque elas teriam de estar presentes aqui. Mas, então, como foram testemunhas arroladas por este Relator, eu estou dispensando a oitiva dessas testemunhas, sem prejuízo da minha avaliação, porque eu estou aproveitando o depoimento dessas testemunhas em outras CPIs, em outra CPMI, aliás, e na própria Polícia Federal.

“Requer dispensa da oitiva das testemunhas arroladas pelo Relator, uma vez que não trarão novidades ao processo.”

São exatamente o Sr. Marcos Valério, que decididamente disse que não viria, o Sr. Rogério Lanza Tolentino, o Sr. José Roberto Moreira de Melo e Luís Costa Pinto.

“Requer a aprovação do cronograma de trabalho apresentado no requerimento, observadas as ressalvas anteriores e pedido de testemunha do próprio, em síntese:

Notificação do representado, nesta data, na presente reunião, do Deputado José Mentor, sobre as deliberações nesta reunião, bem como da oitiva das testemunhas indicadas por ele (nos dias 22 e 24 de novembro de 2005) e de sua própria oitiva, às 10h do dia 25/11/2005, sexta-feira;

Confirmação da oitiva das testemunhas indicadas pelo representado, Deputado José Mentor: Antônio Celso de Queirós, às 10h do dia 22/11; Rubens Approbato Machado, às 10h do dia 24/11; Paulo Roberto Falcão, às 10h do dia 24/11.”

Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, essas 3 testemunhas foram indicadas e arroladas pelo Sr. Representado, Deputado José Mentor. Quem pariu Mateus que o embale, Sr. Presidente.

Então, com certeza, o interesse maior da presença dessas testemunhas aqui é do Representado e também é meu interesse, porque, com certeza, elas trarão fatos novos, fatos que poderão me levar a juízo de valor absolutamente imparcial e justo, como é a minha intenção, com certeza.



“Notificação ao Representado, Deputado José Mentor, para, querendo, apresentar ao Sr. Presidente do Conselho de Ética, até as 10h, do dia 18/11/2005, questionários ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e ao Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, hoje com *status* de Ministro, Sr. Henrique Meirelles, ambos testemunhas indicadas pelo Representado.”

Sr. Presidente, essas minhas ponderações, eu repito, é para que nós cumpramos o Regimento. Os prazos são absolutamente regimentais e, mais ainda, são prazos folgados. Agora, a ponderação que eu ratifico e confirmo é que nós não podemos ficar à mercê da testemunha, que pode vir, que pode não vir, que está viajando, que não está. Nós já conseguimos remarcar pelo menos 3 datas. Então, eu gostaria que V.Exa. e este Plenário analisassem esse meu cronograma. E pretendo, repito, no dia 8 de dezembro, ler o relatório e o meu voto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, em discussão.

Nobre Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, eu lamento profundamente não poder ter concorrido com a intenção proposta, e muito legítima, do nobre Relator. Mas era preocupação que isso pudesse criar uma dificuldade para nós de não podermos estabelecer qualquer restrição a qualquer outra pessoa que também requeresse ser ouvida através de questionário.

Segundo ponto. Sobre o prazo concedido ao Representado, até o dia 18. Não sei se o nobre Relator concordaria com a flexibilização desse prazo. Hoje são 17. Talvez conceder mais uns 2 dias para o Representado poder apresentar os quesitos.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, quero ponderar a S.Exa., o Deputado Jairo Carneiro, que o Representado já foi notificado na semana passada acerca desse prazo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Continua em discussão.
(*Pausa.*)

Em votação.

Os que forem favoráveis ao requerimento do Deputado Edmar Moreira permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



Aprovado o requerimento.

Ordem do Dia

Esta reunião foi convocada para tomada de depoimento do Deputado Wanderval Santos, representado no Processo nº 18, de 2005.

Comunico ainda que estão presentes, além do Representado, o advogado, Dr. Marcelo Bessa.

Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos a serem adotados para esta reunião serão os seguintes: inicialmente, o depoente usará a palavra para suas considerações pelo prazo que for preciso. Em seguida, será dada a palavra ao Relator, Deputado Chico Alencar, para as suas indagações. E, por fim, farei a chamada dos Parlamentares inscritos para inquirirem o depoente, de acordo com a lista de inscrições.

Com a palavra o nobre Deputado Wanderval Santos.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, DD. Relator, Deputado Chico Alencar, Dr. Marcelo Bessa, Srs. Conselheiros, eu venho esta tarde ao Conselho de Ética, talvez não, certamente, em um dos momentos mais difíceis da minha vida, porque tudo começou no primeiro mandato — estou no meu segundo mandato aqui nesta Casa. E como é do conhecimento de todos, eu fui eleito pela Igreja Universal do Reino de Deus. E dentro da Igreja há uma disciplina, uma hierarquia e uma disciplina dentro da igreja. Eu já estou na Igreja há quase 20 anos. E quando nós fomos designados para vir para o Parlamento brasileiro, essa hierarquia e esta disciplina vieram para cá, na condução do nosso coordenador-geral, que não era só coordenador da bancada dos Deputados da Igreja Universal do Reino de Deus, ele era coordenador-geral em todos os Estados do Brasil. A coordenação política da Igreja era exercida pelo Deputado Bispo Rodrigues. E nós acompanhávamos essa hierarquia e essa disciplina. No processo que ora eu estou aqui respondendo neste Conselho aparece o nome do Sr. Célio Marques Siqueira, que é o meu motorista, lotado no meu gabinete, que foi solicitado pelo Deputado Carlos Rodrigues para ir até a uma agência. O Deputado Carlos Rodrigues deu o endereço ao meu funcionário, e esse funcionário foi até a agência do Banco Rural. Aí os senhores me perguntam: “Mas o senhor não sabia?” Não, eu não sabia, até porque eu não precisava dar autorização.



A autorização era comum, porque ele servia ao meu gabinete, mas na hora que o Bispo Rodrigues precisava, ele estava pronto, sem que precisasse da minha autorização. Muito bem. E, infelizmente, eu estou aí respondendo esse processo de uma forma muito constrangedora. Mas eu estou aqui e quero, de antemão, falar ao DD. Relator Chico Alencar e a este Conselho: eu quero neste instante me colocar — já falei com o Relator fora do microfone e dizia a ele que iria colocar isso publicamente —, eu estou aqui para provar a minha inocência. Eu sou inocente. O meu nome está envolvido exatamente porque o meu motorista foi envolvido nesse aspecto. Mas eu venho a este Conselho, eu quero me colocar à disposição do Deputado Relator, do Deputado Chico Alencar, desta Presidência, dos nobres Conselheiros. Já quero agora assinar e passar à mão do Presidente Ricardo Izar a minha quebra de sigilo fiscal, a minha quebra de sigilo telefônico, a minha quebra de qualquer conta bancária. Passo à mão do Presidente Ricardo Izar. Quero me colocar à disposição para todo e qualquer depoimento. Quero colocar o meu gabinete, os meus funcionários à disposição do Conselho, à disposição da Relatoria para todo e qualquer coisa. Quero me colocar à disposição para toda e qualquer acareação. Quero dizer a V.Exas. que eu nunca vi a D. Simone, a não ser agora, pela imprensa. As pessoas envolvidas, Célio Marques Siqueira, Deputado Carlos Rodrigues, Simone Vasconcelos, Marcos Valério, todos afirmam categoricamente em seus depoimentos na CPI, a começar aqui pelo Deputado Carlos Rodrigues, que já está aí nas mãos dos Conselheiros. Pergunta do Senador Romeu Tuma: *“O Wanderval era como se fosse subordinado dentro da hierarquia da igreja?”* *“Sim.”* — respondeu o Carlos Rodrigues. *“Mas o Wanderval não participou disso”*. Senador Romeu Tuma: *“Não, não. Eu digo que ele recebeu”*. Carlos Rodrigues responde: *“E ele está sendo acusado porque era o motorista dele. Mas eu que pedi ao motorista do Wanderval: ‘Você pode ir nesse endereço aqui?’ — nem sabia que era Banco Rural —, dei o bilhete com o endereço e foi lá buscar o dinheiro; pegou e levou na minha casa.”* O Senador Romeu Tuma: *“E eles ficaram com o seu bilhete lá no banco?”* *“Não”* — respondeu o ex-Deputado Carlos Rodrigues — *“porque era só o endereço; não tinha nome, nem nada. O rapaz chegou lá e se identificou...”* *“Nunca pediram recebido, nunca pediram nada?”* O ex-Deputado Carlos Rodrigues respondeu: *“Segundo o rapaz, não assinou nada, não pediu nada. Ele chegou lá, se identificou,”* — e já



estava o pacote pronto — *“recebeu o envelope”* — um pacote — *“e levou na minha casa. Agradei o rapaz. Ele também não abriu, porque estava lacrado e não contou”*. Senador Romeu Tuma: *“Esse é um comprometimento sério.”* — falava o Senador ao ex-Deputado — *“O Deputado Wanderval não tem nada a ver com a história. Eu tenho que, a bem da verdade, assumir que o Wanderval não recebeu nada disso indevidamente. Indevidamente usei o motorista dele e lamento estar implicando nisso tudo. Infelizmente tenho que assumir o meu erro”*. Quero dizer a V.Exas., que, com dignidade, embora o Deputado Carlos Rodrigues tenha trazido muitos problemas, muitos constrangimentos para mim, porque eu estou aqui porque eu devo a minha inocência aos Srs. Conselheiros, devo a minha inocência à minha família, aos meus filhos, a minha esposa e devo a minha inocência sobretudo aos meus eleitores. E o ex-Deputado Carlos Rodrigues só renunciou o mandato por causa desse problema de ter usado o meu funcionário indevidamente. Eu tenho outros depoimentos. Tenho o depoimento da Simone Vasconcelos, quando ela respondia ao Deputado Onyx Lorenzoni, do PFL do Rio Grande do Sul, aqui na página... Está aí na nossa defesa na pág. 15, na pág. 16, melhor dizendo: *“É para o Bispo Rodrigues? A senhora disse que quando ficava no banco anotava, quando a senhora não podia mais esperar e as pessoas não tinham ido lá, o nome das pessoas. Numa oportunidade, a senhora anotou lá Bispo Rodrigues. Certo?”* Ela disse: *“Sim”*. *“Depois, tem o nome do Wanderval, que é um Deputado, e um assessor dele, Célio. Foi a senhora que anotou esses nomes?”* Ela disse: *“Não”*. O Deputado, de novo: *“Quem anotou os nomes?”* Ela disse: *“Não sei”*. *“Então, esse Célio é o último. Estava o nome do Bispo Rodrigues que a senhora deixou anotado. A senhora confere?”* Ela disse: *“Confiro”*. *“O dinheiro era para o Bispo?”* Ela: *“Isso”*. *“Aí, o Bispo mandou o Wanderval pegar.”* — quer dizer, eu não fui, nem sei onde é o Banco Rural — *“Aí, o Wanderval mandou o funcionário. Quem teria dado a ordem para trocar”* — o nome — *“o Bispo pelo Wanderval?”* *“Provavelmente”* — respondeu ela — *“o próprio Bispo Rodrigues.”* *“O próprio Bispo? E quem recebe é o Célio. Quem autorizou o Célio a pegar se não foi a senhora?”* Ela disse: *“Não sei. Eu deixei a autorização para ser”* — entregue — *“o Bispo Rodrigues. Se houve alguma autorização diferente disso, eu desconheço”*. Então, esse é o depoimento da D. Simone, na CPI — parece-me — do Mensalão, ou da Compra de Votos, na CPI dos



Correios, melhor dizendo. Há outro depoimento da acareação feita ultimamente. A acareação não está aqui, mas eu posso providenciar em um momento oportuno em que ela nega categoricamente que não me conhece, que nunca me viu; o Sr. Marcos Valério nega que não me conhece, que nunca me viu; o Sr. Delúbio Soares diz categoricamente que o dinheiro foi para o Bispo Rodrigues; ela diz que o dinheiro foi para o Bispo Rodrigues; o Sr. Marcos Valério diz que o dinheiro foi para o Bispo Rodrigues. Então, Srs. Conselheiros, eu quero dizer a V.Exas. que eu sou inocente nessa história. Agora, quero me colocar à inteira disposição. Se o Conselho trabalhar 24 horas por dia, eu irei trabalhar com o Conselho 24 horas do dia, Sr. Relator, Deputado Chico Alencar, para trazer todo e qualquer documento que V.Exa. necessitar, para trazer do meu gabinete os funcionários, todo e qualquer funcionário que o senhor precisar para depor. Então, eu me coloco à disposição deste Conselho. Certamente confio na transparência, confio na lisura, confio na responsabilidade da forma que V.Exas., que este Conselho tem trabalhado nos últimos julgamentos. E eu tenho certeza, certeza absoluta, de que eu estarei aqui pronto para provar a minha inocência e deixar o nobre e DD. Relator Chico Alencar bem à vontade, porque certamente ele vai fazer um excelente trabalho e este Conselho vai me absolver. Estou à disposição de V.Exas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Relator, Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente Ricardo Izar, Srs. Conselheiros, Sra. Conselheira, ilustre Deputado Wanderval Santos, representado aqui neste processo disciplinar, seu advogado, Dr. Marcelo Bessa, estamos dando seqüência a esse processo disciplinar, destacando que a defesa solicitou, por considerar inepta a acusação, o seu arquivamento. Mas nós entendemos que por ele vir com escopo de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, de um exame da Corregedoria da Casa e pelo aval da própria Mesa Diretora, era importante, como temos feito com outros casos, fazer essa instrução, essas oitivas e apurar esses elementos todos.

Vivemos uma situação singular neste processo disciplinar, e o Deputado Wanderval já fez referência a isso. Há uma transferência de responsabilidades. Se é verdade que uma figura que vai pairar nesse processo disciplinar aqui não é mais



nem Deputado, renunciou ao mandato, segundo suas próprias palavras, “por uma decisão política para evitar a cassação do mandato e a perda dos direitos políticos” — são palavras textuais do ex-Deputado Carlos Rodrigues, ele é uma figura importantíssima aqui. Eu até peço também o empenho do Deputado Wanderval nessa sua disposição de colaborar com as investigações, para que ele, arrolado pela Relatoria como testemunha, compareça aqui. É fundamental a presença dele, porque também ele vai trabalhar com uma outra situação, na medida em que alegará que tudo que ele fez e negou neste Conselho, quando foi testemunha do processo disciplinar do Deputado Roberto Jefferson, disse que jamais tinha percebido, recebido qualquer quantia do ponto de vista do acordo político do PT com o PL — lembram-se disso? Mas ele também, já na Polícia Federal, declara que o grande fornecedor desses recursos, viabilizador daqueles recursos para pagar dívidas pretéritas do partido era outro Deputado que renunciou também: Valdemar Costa Neto. Então, nós vivemos aqui essa situação da delegação de responsabilidades. E isso vai exigir um trabalho minucioso, dedicado, muito coerente e sereno como este Conselho tem sempre feito.

Não tenho dúvidas de que tanto o Deputado Valdemar Costa Neto quanto o Deputado Carlos Rodrigues, aliás, os ex-Deputados, estariam aqui, Deputado Wanderval, sofrendo esse processo disciplinar, podendo se defender e argumentar, mas contribuindo para a elucidação desse emaranhado de situações rigorosamente ilícitas. Quanto a isso não há dúvida por parte de nenhum de nós. E o senhor, do Partido Liberal, junto com o Deputado Sandro Mabel, que sempre esteve aqui com muita disposição de enfrentar o processo, ficam nessa condição de não poder invocar outros Parlamentares que já não estão nessa condição e portanto ficam protegidos pela renúncia. É algo que esta Casa tem que repensar em termos dessa facilidade e dessa possibilidade desse expediente.

Então, vamos começar exatamente por essa figura que paira aqui nesse processo, vai estar presente permanentemente, na medida em que ele, em outras situações, também trouxe o seu nome à baila. E a primeira indagação que faço, em função de o senhor já estar no segundo mandato de Deputado Federal, e o primeiro, se não me engano, foi pelo Partido Trabalhista Brasileiro, integralmente, na legislatura passada.



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o Deputado Carlos Rodrigues, na CPMI dos Bingos, declarou que tinha — e a expressão é dele — tirado V.Exa. do PTB juntamente com outros 2 Parlamentares e trazido para o PL no dia da posse, na legislatura passada. O senhor confirma isso?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Confirmo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E como é esse processo de tirar? Como ele tirou o senhor do PTB e levou para o PL?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Aquilo que eu já declinei aqui a todos os conselheiros e quero repetir novamente. É esse processo de hierarquia. Eu não teria nem que perguntar por que eu tinha ou não que sair do PTB. Ele ordenou que eu saísse do PTB, até porque naquela época o Partido Liberal era um partido pequeno e, segundo ele — na época era o Presidente Fernando Henrique Cardoso —, teria que ficar na oposição. E no PTB não daria para ficar na oposição, porque ele queria consolidar a trajetória política dele em um partido em que ele fizesse oposição. E com o PL, eu não me lembro quantos Deputados, lembro-me que saíram vários Deputados do PL e ficou com muito Deputado. E ele não somente tirou eu, tirou eu e mais outros Deputados de outros partidos. E nós viemos juntos para o PL. Eu confirmo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A atração para o PL era de ordem política, para fazer parte da base de sustentação do Governo?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, somente... Não até porque nós fomos oposição ao Governo da época, não deste Governo agora. Quando eu fui eleito, que V.Exa. está perguntando, fui eleito pelo PTB, foi no primeiro mandato. Então foi somente política, mais nada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Depois já o segundo mandato o senhor disputou pelo PL?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Pelo PL. Fui eleito pelo PL.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor afirmou aqui que foi eleito pela Igreja Universal do Reino de Deus. E aí creio que cabe também uma averiguação melhor, porque o senhor afirmou que a Igreja tem uma disciplina própria, uma hierarquia, o senhor afirmou mesmo que foi eleito pela Igreja Universal



do Reino de Deus e não pelo PL, pela orientação que a Igreja dava e provavelmente chegou a, se não me engano, 140 mil eleitores nessa última?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, nessa última foram 178 mil votos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Cento e setenta e oito mil votos.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - A primeira 115 e pouco.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Correto. E o senhor falou que essa disciplina própria e essa hierarquia foram transportadas para o Parlamento. Até na sua defesa, o Dr. Marcelo ressalta que o Deputado, sendo membro da Igreja Universal do Reino de Deus, em razão da hierarquia dessa entidade religiosa, ele se submetia ao Deputado Carlos Rodrigues, bispo, naquela época, da Igreja. E por conta dessa submissão este tinha plena autoridade sobre ele, sobre V.Exa. e seus funcionários. Quer dizer, é um mandato submisso, é uma espécie de mandato secundário. O senhor sentiu assim? Isso me parece, do ponto de vista das relações políticas republicanas, extremamente grave. Essa submissão, esse poder que um outro mandato, eleito nas mesmíssimas condições que V.Exa., num Estado laico, ter esse poder determinante, inclusive sobre todos os seus funcionários. O senhor podia explicitar melhor essa hierarquização? Isso que eu poderia chamar uma espécie de terceirização de mandato por causa de uma hierarquia que é estranha à própria instituição política, às regras republicanas vigentes?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Pois é. Essa hierarquia é como eu expliquei, ela já vinha dentro da Igreja, até porque a gente não teria ou não tinha nenhuma experiência política, e o ex-Deputado Carlos Rodrigues era uma pessoa que coordenava muito bem a política. Mas essa hierarquia, não somente minha, mas de todos aqueles que faziam parte da bancada da Igreja, era totalmente subordinada a ele. Tanto que no primeiro mandato, nos nossos gabinetes, algumas pessoas foram nomeadas. Já no segundo mandato não, eu já nomeei outras pessoas, até porque eu entendi que eu teria que ter pessoas capacitadas. Porque não tendo uma experiência política e se o senhor não tem uma assessoria que possa auxiliá-lo, ajudá-lo na confecção de projetos de leis, na orientação das Comissões, fica difícil. E eu me destaquei, a partir do momento em que eu resolvi a colocar essa qualidade técnica dentro do meu gabinete. Mas, no primeiro mandato, realmente isso



aconteceu. E depois que aconteceu, que ele saiu da coordenação do processo político, da coordenação interna da Igreja, aí a gente ficou mais à vontade para trabalhar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então a sua decisão de sair do PTB para o PL foi por obediência a uma determinação hierárquica.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Hierárquica.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Uma ordem.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Um ordem.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E jamais houve conflito entre essa estrutura da Igreja Universal do Reino de Deus? É bom destacar isso: o senhor não se refere à bancada evangélica como um todo.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Era uma regra própria dos Parlamentares ligados à Igreja Universal do Reino de Deus. Isso não gerava conflito com as estruturas partidárias, que têm bancadas, têm Líderes, têm determinações próprias?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não gerou porque o seguinte: quando a gente veio para o PL, a gente veio para fazer oposição. E, para fazer oposição, era melhor ficar dentro do PL do que dentro do PTB. Então, ele entendeu que eu tinha de sair do PTB e deu ordem, e eu saí do PTB .

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agora, o senhor considera que ganhou um pouco mais de autonomia, nesse segundo mandato, já eleito também pela Igreja, imagino eu, mas na legenda do PL. Entretanto, essa determinação da utilização do seu funcionário, ou assessor, assessor para assuntos automotivos de transporte... Ele é funcionário do seu gabinete?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É funcionário do meu gabinete.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pago pela Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas ele também obedecia às ordens do ex-Deputado Bispo Rodrigues?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Também, até porque não foi somente...



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Já nesse mandato?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Nesse mandato. Também não era... Porque esse assessor, ele fazia vários outros trabalhos. Porque o Carlos Rodrigues, ele não tinha motorista. Então, ele usava o meu motorista, como usava outros motoristas, não sei quais, mas ele usava. Muito bem. Mas ele era usado para levar a filha em faculdade, era usado para fazer compras, era usado para pegar pessoas no aeroporto, para ir ao aeroporto. Era usado para fazer várias coisas sem que precisasse da minha autorização.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor tinha consciência disso?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tinha consciência.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E não achava indevida...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não achava indevido porque...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...a utilização de um servidor público para cuidar de tantos assuntos de ordem particular? Porque fazer compras, levar filha à faculdade, algumas outras atividades, outros serviços que o senhor mencionou aí não são muito usuais do ponto de vista do serviço público, mas o senhor aceitava isso de forma submissa...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... pela hierarquia?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Pela hierarquia, submissão.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem até hoje boas relações com o Bispo Rodrigues, com o ex-Bispo também?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu tenho. Eu tenho boas relações, mas naturalmente que essas relações ficaram um tanto quanto estremecidas dado a esses problemas. Eu fiquei muito magoado, fiquei muito ressentido com ele, cheguei a falar asperamente com ele. Naturalmente que as nossas relações agora estão distantes, porque ele está fora do Parlamento e também a gente pouco se fala e se vê.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele foi excluído, como declarou aqui para nós, da Igreja Universal, em função de uma questão de denúncia de ilicitudes vinculadas à LOTERJ, que é a Loteria do Estado do Rio de Janeiro, onde ele teria



grande influência. E, segundo ele, isso determinou a sua exclusão injusta, ao ver dele, da Igreja. O senhor continuou mantendo essas relações de amizade, de vinculação política com ele depois dessa exclusão?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Depois que ele perdeu a coordenação política da Igreja... Quer dizer, a bancada se deflagrou, não é? Cada um seguiu o seu caminho político.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Essa utilização do seu motorista, ele ainda era coordenador político na ocasião, em dezembro de 2003?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Era, sim, senhor. Era coordenador.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor entende que esse tipo de atitude em que o senhor acabou envolvido, razão pela qual está aqui, não mereceria uma explicação melhor por parte do Deputado Carlos Rodrigues? Ele o procurou? Como foi esse processo?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu acho e eu quero me colocar... Não sei qual o poder do Regimento, do Conselho e V.Exa., no caso, de querer chamá-lo para ser ouvido...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele está convidado pela Relatoria.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu quero contribuir com V.Exa porque eu acho que ele... A dignidade... Ele já foi digno, que ele já assumiu nos depoimentos da Polícia Federal, ele já assumiu no depoimento da CPI dos Bingos. E eu acho que ele deveria vir aqui também assumir aqui publicamente diante do Conselho.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor continua membro da Igreja Universal do Reino de Deus?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Continuo sim, senhor, sentando no último banco, apenas cuidando da minha vida espiritual.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o Deputado Carlos Rodrigues também declarou isso. Aliás, usou a mesma expressão. Ele continua membro da Igreja, apesar da injustiça que sofreu, perdendo a condição inclusive de bispo. Vai lá, senta no último banco, paga o dízimo. O senhor está numa condição análoga à dele? Houve algum problema dentro da Igreja?



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Houve sim, senhor. Um problema familiar que eu tive, um problema pessoal, um problema íntimo. A Igreja exigiu que eu tomasse uma decisão e eu acabei tomando uma decisão e também... Quer dizer, afastei-me da Igreja, mas não pelos problemas iguais aos dele, mas uma outra coisa totalmente diferente, que não me cabe aqui... É um problema pessoal, um problema familiar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Claro.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - E eu, naturalmente, que hoje, se fosse hoje, com a cabeça fria, eu não tomaria essa decisão que tomei. Mas até porque também eu tinha, eu pregava na Igreja também, mas só que eu decidi seguir um outro caminho apenas para tratar da minha vida espiritual, mas como membro da Igreja.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor chegou a ter uma função hierárquica? Foi bispo da Igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Fui sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Durante quanto tempo?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Durante uns 8 anos. Aí eu trabalhei na parte espiritual durante uns 4 ou 5 anos e depois eu passei a atuar na parte administrativa da Igreja, no departamento de expansão da Igreja, de criação, de construções. E, por último, depois dessas funções administrativas que eu exerci, eu fui designado para vir para a política.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas quando o senhor exerceu já o primeiro mandato — esses últimos 7 anos, 2 mandatos, o primeiro mandato e esse em curso —, o senhor era bispo da Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E deixou quando essa função?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu deixei... Foi o quê? Deixe eu me lembrar aqui para não correr o risco de...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Hein? Fevereiro de 2003.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Logo depois da posse, nesta Legislatura.



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor afirma aqui que não há nenhum vínculo da sua destituição da condição de bispo, do seu rebaixamento, me permita, à condição de um mero fiel, dizimista ou obreiro — não sei o termo exato — com a do Bispo Rodrigues?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Apenas por causa desse problema pessoal que tive e familiar que eu decidi resolver com a minha família.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor, ao contrário do Carlos Rodrigues, nunca usou o nome Bispo Rodrigues como um nome político?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - No primeiro mandato eu usei.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor foi o candidato Bispo Wanderval?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É. Isso. Mas, no segundo mandato, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pelo PTB de São Paulo?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Pelo PTB de São Paulo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor considera que boa parte dos seus votos vêm, portanto, da vinculação com a Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É. Do primeiro mandato foi totalmente da Igreja Universal. No segundo mandato eu tive uma atuação política muito boa e estreitei os meus relacionamentos com os evangélicos e uma grande parte dos votos também foram das outras igrejas evangélicas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Todos os seus servidores do gabinete, do mandato parlamentar, tinham consciência dessa orientação? O mandato é subordinado a um outro que é o coordenador político da Igreja Universal e, portanto, ele tem plena autoridade sobre cada membro dessa equipe? O que ele pedir vocês façam sem me dar conhecimento?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sem conhecimento.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem uma avaliação dessa situação, que é inusitada, é muito singular? Você tem uma equipe, assessoria direta, pela qual todos somos responsáveis ao nomear, ao destituir, e o Poder Público



paga. Uma regra dessa, que vem de uma agremiação religiosa — evidentemente com todo e absoluto respeito à livre organização religiosa que vige no Brasil —, o senhor não considera que isso é, no mínimo, temerário? E, aliás, a partir disso estamos aqui, inclusive, nesse processo disciplinar. Quer dizer, o Bispo, o ex-Bispo e ex-Deputado Carlos Rodrigues podia fazer solicitações de qualquer tipo e, como o senhor mencionou aqui, até de ordem particular, sem contar ainda essa de ilicitude absoluta, a pessoas que do ponto de vista hierárquico estavam subordinadas a V.Exa., a seu mandato, sem lhe dar qualquer conhecimento?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Se ele ligasse para o meu gabinete ou para o gabinete de qualquer um outro Deputado ligado ao grupo, as pessoas serviam, sem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E isso continua vigorando?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Acabou esse tipo de...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Acabou, até porque teve... Até alguns Deputados que contrapôs a esse tipo de imposição e alguns se desligaram do grupo e tal, mas hoje não continua mais não, senhor. Cada um exerce da forma que bem entende.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Sr. Célio Marcos Siqueira, seu assessor, não é?, e motorista, ele...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Meu motorista.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele trabalha no seu gabinete desde quando?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Desde quando eu cheguei aqui, no primeiro mandato.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Desde o primeiro mandato?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tem uns 6 anos já, 7 anos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E ele foi indicado pelo Bispo Rodrigues?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não?



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Ele trabalhava no gabinete de um outro Deputado que não foi eleito. Eu me esqueço o nome do Deputado agora.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não o conhecia?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não o conhecia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O outro Deputado?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É. Não, senhor, não conhecia. Aí eu peguei o currículo dele e o coloquei no meu gabinete.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele o procurou, não teve nenhuma mediação do Bispo Carlos Rodrigues.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Porque a informação que nós temos é de que o Sr. Célio trabalhou antes no gabinete do Deputado Valdeci...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Paiva.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Paiva.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Que era do Rio de Janeiro e ligado também, creio eu, à Igreja Universal do Reino de Deus, e que foi assassinado. Ele tinha um mandato de Deputado Federal, exerceu — a informação que temos é que o Sr. Célio trabalhou lá antes —, depois ele se candidatou a Deputado Estadual, não sei se por determinação da Igreja, que, pelo visto, é muito imperativa nesses caminhos políticos, e foi assassinado. Acusou-se o seu suplente, houve acusações de que o próprio Bispo Rodrigues também teria participado disso, em oposição à denúncia contra o suplente, uma situação muito nebulosa pela qual o ex-Deputado Carlos Rodrigues foi inquirido aqui.

Agora, então é uma coincidência muito grande, ele, Célio, ter trabalhado no Valdeci, da Igreja Universal, segundo o Deputado Carlos Rodrigues muito ligado a ele, amigo pessoal, cujo assassinato ele tomou como algo que devia assumir na vida, a resolução, por um dever de fidelidade pessoal, e ele sequer o indicou para o seu mandato. Isso foi uma coincidência então, o fato de o Célio, tendo trabalhado com o Valdeci, vir depois trabalhar no seu mandato...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Ele trabalhou com o Valdeci.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...sendo muito ligado a um Parlamentar que tinha vínculos, segundo o Deputado Carlos Rodrigues, muito estreitos com ele.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, ele trabalhou realmente com o Deputado Valdeci. Aí, quando o Deputado Valdeci entendeu... Quando a Igreja determinou que ele fosse Deputado Estadual, então, antes de ele sair do mandato, até mesmo antes de ele sair Deputado Federal, o Célio veio para o meu gabinete.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Relator, não ficou claro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois não. Porque o senhor falou: *“Não, o Célio é daqui, não houve nenhuma ingerência da Igreja ou do ex-Deputado Carlos Rodrigues na sua indicação para o meu gabinete”*. O senhor até, inicialmente... Eu quero dizer que não tenho vocação para investigador nem delegado de polícia, não me formei nisso, mas aí eu percebi que o senhor falou no início: *“Não, não me recordo bem de onde ele veio. Acho que ele trabalhou no outro mandato”*. E agora o senhor tem essa lembrança viva de que foi no Deputado Valdeci.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Mas antes... Antes do Deputado Valdeci, ele estava lá no gabinete de outro Deputado. Não sei qual o nome.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Também da Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não. Você podia ver para mim o nome do Deputado?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ou seja, ele não era originalmente da sua confiança pessoal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele foi apenas conhecido, bateu à sua porta, como alguns fazem?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não. O Valdeci, quando ele foi para o Rio de Janeiro, quando ele foi designado para disputar a eleição como Deputado Estadual no Rio de Janeiro, antes de ele sair daqui como Deputado Federal, eu não tinha motorista na época, aí eu peguei o Célio.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o Deputado Carlos Rodrigues teve ciência disso, provavelmente conhecia o Célio.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Teve, eu creio que o Célio já até trabalhava para ele antes da...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Já fazia toda essa sorte de serviços aí para o Deputado Carlos Rodrigues.

Eu volto a insistir: acaba parecendo que existe uma espécie de partido da Igreja Universal do Reino de Deus. O senhor falou que foi eleito pela Igreja, que a bancada dos eleitos pela Igreja Universal do Reino de Deus tinha uma coordenação política geral do ex-Deputado Carlos Rodrigues, que ele tinha um poder determinante sobre os mandatos, subordinava os mandatos que lhes eram submissos, não só o Parlamentar, mas os próprios assessores, a própria equipe.

O senhor, hoje, depois desse processo todo, o senhor não tem nenhuma avaliação crítica desse processo, desse caminho, digamos *sui generis*, para não fazer nenhum juízo de valor? Para mim isso é uma novidade absoluta, eu confesso que não sabia, a não ser ao ler a sua defesa, que havia esse tipo de hierarquização inteiramente à revelia da estrutura partidária, da estrutura política laica e republicana.

O senhor hoje, depois de passar por essa situação toda, que acabou gerando essas denúncias, não tem nenhuma avaliação, não considera que isso precisa ser revisto de forma muito rigorosa, que isso não é ético, por fim?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Por parte o quê? Da instituição?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Da instituição, dos que impõem e dos que aceitam essa submissão. Eu creio que pouquíssimos Parlamentares, e eu até o parabenizo por isso, assumiriam, de forma tão explícita, essa condição: "Não, a minha equipe obedece as ordens do meu superior hierárquico na minha igreja". Eu tenho formação cristã-católica, mas, se o Presidente da CNBB, a quem muito prezo, Cardeal Primaz do Brasil, viesse determinar alguma coisa dentro do meu gabinete, eu não aceitaria de forma nenhuma. Entenderia que era uma ingerência indevida. No entanto, o senhor colocou aqui como algo quase que normal, natural das relações dentro da IURD.



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É porque a gente entende, internamente, lá dentro da Igreja, que o mandato, ele não é do Parlamentar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nem é do partido.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É. O mandato é da Igreja.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É da Igreja.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É da Igreja.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Podemos dizer que é uma espécie de partido da Igreja Universal do Reino de Deus.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É. O mandato é da Igreja. Nós temos que seguir as determinações da Igreja. E tinha, inclusive foi até criado agora um partido da Igreja, e tinha como a coordenação e a orientação, logicamente que o coordenador, ele tinha as orientações partidárias, ele deveria seguir as orientações partidárias, mas a palavra final era dele. E tanto é que até, por exemplo, ele pegava um grupo de Deputados: *“Você vai atuar na Comissão A, você vai atuar na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, você vai atuar nessa Comissão de Justiça”*. Então era mais ou menos assim, Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não faz nenhum reparo do ponto de vista ético a esse procedimento, o senhor entendia e entende ainda como normal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, hoje não. Hoje eu exerço o meu mandato de forma tranqüila. Eu tenho as minhas decisões políticas, sigo as decisões políticas do meu partido, das minhas lideranças. É assim que eu entendo hoje.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não obedece mais a essa hierarquização?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Hierarquia. Não, senhor. A partir de fevereiro de 2003 para cá eu passei a seguir as orientações do meu partido e das minhas lideranças.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas em dezembro de 2003 o seu funcionário, o seu motorista, cumpriu ordens do então Bispo e ex-Deputado...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, mas aí ele era coordenador. A partir do momento que ele saiu, não sei quando é que ele saiu, a



partir do momento que ele saiu da coordenação, eu passei a obedecer ao meu partido e às minhas lideranças.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor, na sua defesa, insistiu em dizer que Sr. Célio Siqueira não era assessor, mas sim motorista. Qual é a diferença? O senhor tem um carro que ele dirige, é isso? Ou é um carro da Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não, o carro é dele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É dele.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É dele. O carro era dele. A gente paga um aluguel por mês.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas ele é um assessor — depois a gente obtém também da Secretaria da Casa a relação dos seus servidores —, ele tem uma função lá comissionada.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - A função de Secretário Parlamentar, não é?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. Pois é.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Ele exerce a função de motorista e faz alguns serviços administrativos, levar um...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É porque em algum momento, na leitura da sua defesa, muito bem-feita por sinal, eu fiquei em dúvida se ele era alguém contratado pessoalmente por V.Exa. como autônomo ou servidor da Casa. Quer dizer, ele é um assessor parlamentar, no sentido amplo da palavra.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Assessor Parlamentar. Secretário Parlamentar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Secretário Parlamentar.

Era comum ou regular o seu assessor fazer esses serviços para o Bispo? Ele era um assessor mais requisitado em relação aos outros pelo Bispo Rodrigues?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Era. Era mais requisitado, regularmente, regularmente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor poderia dizer que ele servia mais ao Deputado Carlos Rodrigues do que a V.Exa. mesmo?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E nenhum funcionário do seu gabinete tomava conhecimento dessas saídas, desses serviços ou isso era comum, normal e regularmente aceito?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, era comum. Quando ele ligava ou o gabinete dele ligava solicitando, ninguém contestava. Até meu chefe de gabinete. Ninguém contestava. Ele ia, fazia o trabalho e voltava.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o ex-Deputado Carlos Rodrigues tinha a sua assessoria própria, não é?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tinha sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por que o senhor imagina que ele buscou um assessor seu para pegar essa chamada encomenda que, na verdade, era dinheiro vivo, algo, portanto, de altíssima responsabilidade e, permito-me dizer, de altíssima periculosidade, colocando um assessor seu e não dele próprio?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Porque ele não tinha disponibilidade de um motorista para ele. Ele nunca teve disponibilidade de motorista para ele. Então, assim como ele usou, Deputado Chico Alencar, assim como ele usou o Célio, ele poderia ter usado qualquer motorista. Esse que foi o grande problema. Exatamente por isso que eu estou aqui hoje.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Qualquer motorista de qualquer outro Deputado.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - De qualquer um outro Deputado ligado ao grupo. Se ele, se o gabinete dele, se ele ligasse para o gabinete chamando o motorista do fulano de tal aqui, o motorista ia servir. Assim como foi o Célio, poderia ser qualquer um outro motorista.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então o senhor afirma que isso foi um azar, um acaso, um — não vou dizer a mão de Deus, porque a mão de Deus não existe para o mal — cochilo de Deus. Por que quantos Deputados dessa bancada do partido da Igreja Universal existem, nesta Legislatura, pelo menos 2003? O senhor tem noção?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Acho que uns 13 Deputados.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Os senhores faziam reuniões periódicas?



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Periódicas. Nós fazíamos...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Dessa bancada?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Dessa bancada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sob a liderança, coordenação, direção e chefia do Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Dele. Inclusive cultos toda semana. Nós éramos uma bancada muito unida.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Culto só da...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, só...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não é o culto evangélico comum aqui?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não. Só da bancada da Igreja.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor acredita inclusive que, em havendo outras captações ilícitas de recursos, outros servidores de outros mandatos podem ter feito também?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu não posso afirmar, mas...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, é claro.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Provavelmente, não é?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quando o senhor soube do ilícito, que procedimento o senhor teve em relação ao seu funcionário, seu servidor, Sr. Célio, e ao colega e ex-Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, quando eu soube do ilícito, foi da mesma forma que o Célio. Saiu na imprensa, no *Jornal Nacional*, nos jornais do outro dia. Da mesma forma que Célio soube eu também soube. Eu fiquei chateado, não é? Falei com o Rodrigues: "*Olha, você está me enfiando aí... Olha só em que buraco você me botou, apenas pelo fato de ter usado o meu motorista*". Quer dizer, é uma situação constrangedora.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o que ele disse?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, ele: "*Não, eu vou assumir. Eu vou falar com o partido. Se for o caso, eu renuncio*". Ele ficou meio perdido.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois é, porque a história, ela acaba sendo nebulosa no seguinte sentido: ela o afeta direta e profundamente. V.Exa. mesmo disse aqui, abrindo este depoimento, que vive o momento mais difícil da sua vida política. E é verdade. Todos que vêm a este Conselho sabem disso e, em geral, declaram isso. Mas eu queria entender melhor a sua reação a esse processo, porque o caso é rigorosamente o seguinte: a mando de uma pessoa que não é seu chefe imediato ou seu superior hierárquico, um servidor dirigiu-se a um endereço desconhecido, segundo eu li. Creio que na própria defesa o Sr. Célio também não sabia onde estava indo, apenas num *shopping*. E, lá chegando, percebeu, aí sim, que se tratava de uma agência bancária; que nesse local ele teria que se dirigir a uma pessoa que também não conhecia, não sabia sequer o nome; sabia apenas que era uma mulher, só tinha uma definição de gênero, e ia receber dela uma encomenda; que sequer sabia qual era essa encomenda. A obediência que a Igreja pedia não leva a uma situação de altíssimo risco, de, em havendo alguém que não caminha rigorosamente dentro dos preceitos do bem, do interesse público, como acabou se revelando o ex-Deputado Carlos Rodrigues, isso não era absolutamente temerário? Isso não gerou, por parte de V.Exa. ou por parte do próprio Célio, ou de V.Exa. em relação ao Célio, que praticou uma obediência absolutamente acrítica e acabou se envolvendo em uma situação dramática, difícil, quer dizer, ficou tudo por isso mesmo? O senhor conversou com o ex-Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Com indignação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pediu desculpas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Com indignação, é claro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas ele lhe pediu desculpas apenas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, ele não pediu desculpas; ele falou que ia ver o que ia fazer, que ia assumir, se fosse o caso renunciaria o mandato. E o Célio, eu não poderia puni-lo, porque ele cumpriu, infelizmente, ele teve que cumprir uma ordem.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso já era um acordo? Ordem do ex-Deputado Carlos Rodrigues, do então Deputado Carlos Rodrigues, é para ser cumprida?



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Ele teria que seguir, até porque nem ele mesmo, como eu coloquei na minha defesa, e V.Exa. citou agora, nem ele mesmo sabia do que se tratava. Naturalmente, quando uma pessoa chega a um banco, pega um... Porque geralmente banco é no térreo, geralmente banco é sempre em sobreloja. Tem que pegar um elevador, sobe ao sexto, ao sétimo andar de um...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Certamente, ele não saiu de lá com um pacote de rosquinhas Mabel. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele sabia que... Quem vai a um banco... Pegou....

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, naturalmente quando ele chegou no banco, ele...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Percebeu que era dinheiro?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Deduziu...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em todo o tempo, aqui na defesa, e mesmo nos depoimentos, fala-se da encomenda. Eu fico espantado: será que o Sr. Célio Marques Siqueira não percebeu que aquela encomenda era dinheiro?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, mas aí o que é que ele poderia fazer?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Comunicar imediatamente V.Exa.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Ele me comunicar? Mas como, se ele estava seguindo uma ordem?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois é. Eu não vou responder, porque aí é um bom papo, um bom diálogo, mas eu entendo que, dentro da ordem que me parece natural das relações num mandato Parlamentar, o senhor deveria ter, naquela ocasião, essa curiosidade; ou ele que, por mais que fosse subordinado ao Deputado Carlos Rodrigues, tinha uma relação direta e cotidiana com V.Exa. devia lhe comunicar: *“Olha, o Deputado Bispo Rodrigues pediu para eu pegar uma encomenda, eu fui lá num tal Banco Rural, que eu não sabia o que é que era, depois eu levei um pacote para ele que não era comestível, aparentemente”*. Esse tipo de



diálogo não houve? Não houve qualquer suspeita de alguma coisa errada poder estar acontecendo?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Ele não me falou absolutamente nada. Ele foi lá, pegou o bilhete, foi ao banco, pegou a encomenda, o suposto valor, dentro de um envelope lacrado, e fez como o Deputado Carlos Rodrigues exigiu: ele foi à casa do Carlos Rodrigues e entregou na casa do Carlos Rodrigues, sem nenhum comentário, apenas agradeceu, e o Célio veio embora.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso em dezembro de 2003. O senhor só ficou sabendo desse procedimento...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Pela imprensa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... do seu subordinado pela imprensa?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Pela imprensa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele nunca comentou nada...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Nunca comentou absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para entender melhor, quando veio o escândalo chamado “valerioduto” e a imprensa deu a conhecer esse procedimento do Deputado Carlos Rodrigues, pedindo a um funcionário seu — procedimento que ele omitiu aqui neste Conselho de Ética, o ex-Deputado Carlos Rodrigues —, qual foi o seu diálogo com o Célio a partir daí?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Meu diálogo com o Célio foi ... Eu fiquei triste, não é?, fiquei chateado, fiquei indignado com tudo aquilo. Agora, eu não poderia punir ele de forma alguma, sendo que ele cumpriu uma ordem do Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor sequer perguntou se ele não desconfiou que aquilo podia estar errado, que era uma transação financeira não contabilizada, essa expressão da moda?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, ele não desconfiou, porque ele também não sabia de nada, ele pegou o envelope lacrado e levou para o Carlos Rodrigues.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Também dessa maneira inteiramente acrítica, sem imaginar o que fosse?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sem imaginar o que fosse. Ele pegou o envelope e levou. Até porque o Célio é uma pessoa simples, entendeu?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Segundo a documentação do Banco Rural, entregue à CPMI dos Correios, está lá informado que o Sr. Célio Marques Siqueira, funcionário do gabinete do Deputado Wanderval Santos, foi beneficiário de uma quantia de 150 mil reais de um saque total de 350 mil, pago pela Sra. Simone Vasconcelos, Gerente da empresa SMP&B, em 17 de dezembro de 2003. No documento que continha a autorização desse pagamento, antes do nome Célio, há a identificação de uma anotação com o nome Wanderval, que a Sra. Simone Vasconcelos disse que não conhecia e que não tinha sido colocado por ela. Como o senhor imagina então essa indicação lá, como uma coincidência também?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Deputado Chico Alencar, eu não tenho a mínima idéia de como apareceu esse nome lá. É um documento, parece que em branco, com o meu nome riscado. Eu não tenho a mínima idéia se esse nome foi colocado na época, se foi colocado depois, quem o colocou. Eu não tenho a mínima idéia de quem colocou meu nome lá.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A Sra. Simone Vasconcelos, como o senhor colocou na sua defesa e o senhor mencionou aqui, disse que não colocou esses nomes, mas que os recursos eram destinados ao Bispo Rodrigues e que, se alguém alterou ou colocou outros nomes, foi por ordem do próprio Bispo Rodrigues. O senhor admite a possibilidade de ele ter pedido seu motorista para ir lá, mas já ter avisado antes que iria um motorista seu?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Talvez tenha feito alguma referência. Eu acredito. sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas sem lhe comunicar rigorosamente nada?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por fim, sem prejuízo, depois, com a colaboração dos colegas do Conselho, trazer outras questões. O senhor realizou



alguma transação imobiliária de vulto, de 2003 para cá, ou participou dela em sociedade?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não tem nenhum imóvel à venda neste momento?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor autorizou aqui — e agradeço, acho que ajuda bastante — a abertura para o Conselho, obviamente, de seu sigilo fiscal, bancário...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Telefônico.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Telefônico. Íamos solicitar isso, mas, de antemão, agradeço. Bom, por enquanto, estou satisfeito.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O primeiro inscrito para os debates é o nobre Deputado Edmar Moreira. Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Deputado Wanderval...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - O Deputado anterior ao Valdeci era o ex-Deputado Augusto Viveiros, era do Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Também vinculado à Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Não tinha nada a ver.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Só um detalhe. Então, eu peço o seu empenho, no sentido dos convites, especialmente do Sr. Célio Marques, que é seu servidor ainda, não é? Continua?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E do seu colega Carlos Rodrigues — com quem o senhor continua tendo relações de amizade, embora talvez não tão próximas — venham a este Conselho. É fundamental neste processo. Eu peço o seu empenho nisso.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu falei para o senhor e...



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Porque estamos enfrentando aqui uma dificuldade de testemunhas, o que não colabora com as instituições. O dever de qualquer cidadão é colaborar com as investigações.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu já falei com V.Exa., falei com os membros do Conselho que aqui estavam presentes, mas quero repetir novamente. Eu quero me colocar à disposição de V.Exa., como Relator deste processo, 24 horas por dia, se for necessário. Não digo 24 horas, mas em todo e qualquer momento que o senhor precisar de algum documento, de que o senhor precisar de algum depoimento, não somente do Célio, mas de qualquer funcionário do meu gabinete, se o senhor precisar de alguma acareação, seja com quem quer seja, eu estou à inteira disposição para colaborar com V.Exa., a fim de que essas testemunhas venham a este Conselho provar a minha inocência.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Desculpe, Deputado Edmar, é o privilégio do Relator, do qual V.Exa. vai desfrutar também brevemente. O senhor teve dívidas da última campanha?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Saiu sem dívidas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sem dívidas, graças a Deus.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sem créditos também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de ouvirmos o Deputado Edmar Moreira, quero lembrá-los, como estão todos presente, que a próxima reunião será na segunda-feira, às 15h. Inicialmente, estava programado o Deputado Pedro Corrêa, e, ouvidos os Relatores das duas partes, vamos inverter: Roberto Brant na segunda e, na terça-feira, Pedro Corrêa. Posteriormente, João Paulo, na quarta-feira, e assim outros Deputados.

Então, quero lembrá-los: segunda-feira, às 15h , próxima reunião.

Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente Ricardo Izar, Sr. Relator, nobre Deputado Chico Alencar — por sinal, Relator, não poderia deixar de notar em público, hoje, a elegância, a *griffe* de V.Exa. —, Srs. Conselheiros, Sra. Conselheira, nobre Deputado Wanderval Matos, Dr. Marcelo Bessa, que representa



Wanderval nesta ocasião, neste processo, inicialmente, eu não vou ter nenhuma indagação a fazer, mas quero dar um testemunho a este Conselho.

Eu tive o privilégio não de ser Relator em qualquer processo — porque para mim não é um privilégio, é uma missão —, mas o privilégio de pertencer ao mesmo partido do Deputado Wanderval, o PL, e posso testemunhar a sua seriedade, o seu companheirismo e a sua retidão em todas as avenças políticas nesta Casa. E, mais ainda, eu privo, se não da amizade, porque moramos distante, mas com os encontros sociais, nas reuniões a que já tivemos oportunidade de comparecer, eu sou testemunha também do Wanderval cidadão, do Wanderval pai, do Wanderval esposo, que é, com certeza, um exemplo para todos nós.

Eu ouvi atentamente o Prof. Chico Alencar e tenho certeza de que a gente não perde aquele cacoete que a gente tem na vida, daquela função que nós exercemos, ou que é nato nas pessoas, e com certeza o nosso Relator Chico Alencar, além de todos os atributos que ele tem, é um homem de seriedade acima de qualquer suspeita e de muita competência.

Eu revivi hoje meus tempos de ginásio, onde o professor sabatinava o aluno, apesar de hoje ser quinta-feira — o termo “sabatina” é o termo de “perguntar”, de “inquirir”, de “dialogar”. Ele sabatinava o aluno, e o aluno inicialmente um pouco nervoso, o que é absolutamente normal. Mas aquele que fala a verdade vai se acalmando, a adrenalina vai baixando, e, com certeza, o Wanderval, ao meu ver, se desincumbiu de todas as perguntas, de todo o questionamento que lhe foi feito.

Com certeza, eu estimo, meu caro Wanderval, que, após essa sabatina, você não fique nem em dependência, nem em segunda época neste Conselho; você seja aprovado, quem sabe até com louvor, pelo nosso Relator e por este Conselho como um todo.

Sr. Relator, eu, com todo o respeito à explanação de V.Exa., não vou entrar no mérito de quem elegeu o Deputado, se foi através da Igreja Universal, se a Igreja Universal direta ou indiretamente tinha uma interferência no trabalho legislativo do Deputado, porque, se nós assim analisarmos, nós teríamos, por isonomia, alguns colegas que foram eleitos pelos metalúrgicos e que defendem aqui — por que não? — a bandeira dos metalúrgicos; outros foram eleitos pelos ferroviários e que também defendem a bandeira dessa categoria; outros que empunham a bandeira dos



aposentados; outros a dos militares etc., etc. Agora, com certeza, essa ingerência, essa participação de quem elege ou propicia a eleição não pode ter uma ingerência direta nos trabalhos legislativos.

Mas, Sr. Relator, eu queria dar um testemunho aqui — e, com certeza, mercê da seriedade de V.Exa., sem nenhuma modéstia, eu acho que é o testemunho mais importante, é a prova mais importante para todo este processo.

Dizem que em conversa de bêbado sai muita verdade, mas nesse testemunho que eu vou dar evidentemente não havia nenhum bêbado na conversa, mas eu estou dizendo isso porque era um ambiente absolutamente descontraído e descompromissado. Há cerca de uns 4 ou 5 meses — eu não sei precisar exatamente a data —, talvez menos, o PL fez uma reunião no Hotel Nacional, aqui em Brasília, e a bancada como um todo preocupada com a situação do Wanderval. Eu, de certa feita, chamei o Wanderval em particular e perguntei a ele: *“Wanderval, você vai falar para o seu amigo realmente o que ocorreu, olho no olho; não é o Deputado, não é quem pertence ao Conselho”*. E o Wanderval, inarredavelmente, ratificou o que disse aqui hoje.

E mais ainda. Eu queria tirar isso, meu caro Relator, a pratos limpos. E nessa reunião do PL encontrava-se o então Deputado e então Bispo Rodrigues, Deputado Carlos Rodrigues. Eu, descontraidamente, chamei o então Deputado Bispo Rodrigues, mas eu não queria conversar com ele sozinho, que está muito em moda nesta Casa palavra contra palavra. Eu chamei 2 outros Deputados para presenciar essa conversa, uma conversa de quem não quer absolutamente nada. Um desses Deputados que participaram da conversa, com certeza, foi o Deputado Carlos Mota. O outro Deputado, se não me engano, foi o Deputado Raimundo — evidentemente, depois nós podemos esclarecer o nome desse segundo Deputado.

Conversando com Carlos Rodrigues como quem não queria absolutamente nada, eu falei: *“Rodrigues, pesa sobre você uma responsabilidade muito grande sobre essa imputação que está sendo feita ao Deputado Wanderval. Você vai falar para mim, Rodrigues, qual a participação de Wanderval realmente nesses fatos que lhe estão sendo imputados acerca desse saque que esse assessor dele fez no banco, em seu nome”*. O Bispo Rodrigues, meu caro Relator, com a presença de



dois outros Deputados, falou: *“Edmar, o Wanderval não sabia e não tem absolutamente nada a ver com isso”*.

Eu estou dando este depoimento aqui, Sr. Relator — e com certeza ficará a critério V.Exa., mas é um depoimento verdadeiro e não se passou somente entre duas pessoas. Havia 4 pessoas participando dessa conversa: eu, 2 outros Deputados, Carlos Mota, se não me engano o Deputado Raimundo, e o Bispo Rodrigues. Então, isso, com certeza, pode não nos levar à verdade absoluta do que ocorreu, mas tenho para mim que, naquele momento, um momento de descontração — nós estávamos no intervalo de uma reunião, tomando um café e jogando conversa fora —, eu não tenho nenhum motivo, nenhuma alegação para suspeitar que Carlos Rodrigues mentisse a esse respeito. Ao contrário, ao contrário. Se ele quisesse fazê-lo, seria até para incriminar o Wanderval. Então, Sr. Relator, de consciência, eu gostaria de deixar este registro para apreciação de V.Exa. Não me contaram, não foi entre duas pessoas, foi entre 4 pessoas e num ambiente absolutamente informal e descontraído, como eu disse anteriormente.

Mas, para encerrar as minhas palavras, Sr. Presidente, e não querendo ser repetitivo — e vou sê-lo —, eu gostaria de lhe perguntar, Deputado Wanderval. A notícia e o conhecimento que nós tínhamos nesta Casa era de que, com certeza, os Deputados, com todo o respeito, eleitos pela Igreja Universal, de certo modo eles tinham os seus mandatos se não substabelecidos, se não terceirizados, como bem se referiu o Sr. Relator, mas, pelo menos, os senhores não tinham absolutamente a iniciativa, a privacidade, a autonomia de fazer absolutamente quase nada. E até tomamos conhecimento de que as ligações interurbanas dos gabinetes eram controladas — até as ligações interurbanas! Agora, com certeza, também nós não podemos usar essa desculpa para desconhecer aquilo que um assessor, diretamente ligado à nossa chefia, à nossa responsabilidade, possa fazer ou deixar de fazer.

Então, Deputado Wanderval, a sua explanação ao Relator foi absolutamente clara, não há nenhuma dúvida, mas eu gostaria que o senhor confirmasse que o então Carlos Rodrigues tinha uma ascendência tal sobre o gabinete dos Deputados que estavam sob o seu “comando” — entre aspas —, da Igreja Universal, que às vezes, e na maioria das vezes, os Deputados não tomavam conhecimento de



nenhuma ordem que lhe era dada e, às vezes, até fortuita, acidental ou circunstancialmente, os senhores tomavam conhecimento. Era essa a confirmação que eu gostaria que o senhor fizesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - E não tenho mais nenhuma indagação a lhe fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado. Com a palavra o Deputado Wanderval, por favor.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu quero agradecer inicialmente à deferência de V.Exa. comigo pela amizade que nós temos aqui. É verdade, sim, ele tinha total ingerência sobre o gabinete de todos os Deputados ligados à Igreja Universal, até porque o senhor falou dessa procuração. Essa procuração quem tinha era ele. Ele é que era o responsável político, era o responsável pela coordenação política na Câmara dos Deputados. Todos os erros e defeitos políticos, não sei se cometeu certo, ou cometeu errado, ele assumia pelos erros junto à direção da Igreja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, caro Deputado Wanderval, advogados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de V.Exa. continuar, convido o Deputado Josias Quintal para presidir por alguns minutos.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - ... Sras. Conselheiras, amiga Ângela, Srs. Conselheiros, eu confesso a V.Exas. que tenho 48 anos de vida pública. Desses 48 anos, terei 40 anos, ao terminar este mandato, de mandato. Nunca tinha ouvido um depoimento como este que ouvi hoje do Deputado Wanderval.

S.Exa., detentor de um mandato, mas na verdade não é detentor de nada. O seu mandato não era seu. O seu mandato, pelo que o senhor declinou para o Conselho, era mandato do Bispo Rodrigues. Eu então faço a seguinte análise: ao tomar as decisões, o Bispo Rodrigues, em relação aos Parlamentares vinculados à



Igreja Universal, ele o fazia por conta própria ou por que ele recebia orientação da Igreja para fazê-lo?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Ele teria que, de alguma forma, dar alguma satisfação para a Igreja, mas ele tomava por conta própria.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Quer dizer que a Igreja não determinava que ele tivesse sob o controle dele o mandato não só do senhor como dos outros Deputados que faziam parte da Igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Até porque o seguinte: a Igreja, quando ela o indicou para ser o coordenador político, é porque é muito difícil — a Igreja não entende de Parlamento. Então, indicou ele porque era uma pessoa de mais destaque, conhecimento político dentro da igreja, até porque antes de ser Deputado ele já coordenava, antes de ser Deputado ele já tinha essa coordenação, mesmo sem ser político, mesmo sem mandato, ele já exercia essa coordenação política em todo o Brasil. Então, ele pegou um aprendizado, uma bagagem política; foi daí que ele foi indicado para ser o coordenador político. Agora, as decisões quem tomava era ele.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Pergunto a V.Exa: no seu primeiro mandato já era desse jeito? Já havia esse procedimento?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - O senhor tinha algum constrangimento em exercer o mandato desta forma ou isso era natural para o senhor?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Natural para todos nós. De forma natural essa disciplina e essa hierarquia, obedecendo àquilo que ele determinava.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Quando o Bispo Rodrigues...Ele falou com o senhor para o senhor mandar o motorista falar com ele ou ele falou diretamente com o motorista?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, ele não falou nada comigo, não, senhor, Deputado Benedito de Lira. Ele falou diretamente com o motorista. A solicitação foi diretamente dele para o motorista, ele não falou nada comigo. Até porque independia da minha liberação ou não.



O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - E o motorista, ao atender o Bispo Rodrigues, em cumprir com a missão de ir ao Banco Rural receber o envelope, em algum tempo ele disse alguma coisa ao senhor?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Nunca disse?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Nunca disse.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Nem hoje?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, hoje...

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Depois do acontecido ele não lhe disse nada?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Logicamente que hoje, depois que veio à tona...

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Depois que a coisa foi para o conhecimento público...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Certo.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - ...não precisava dizer-lhe mais, porque aí o senhor já sabia.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Até porque é o seguinte: nas outras oportunidades ele fazia, ele servia, ele atendia e não me falava nada. Então, ele exerceu essa função, ele exerceu essa missão, como das outras vezes, sem me falar nada — como ir ao aeroporto pegar alguém que vinha do Rio de Janeiro ou que vinha de outros Estados, como levar os filhos à faculdade, fazer compras. Entendeu?

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Deputado Wanderval, considerando que havia esse poder de mando do Bispo Rodrigues, com relação não só ao mandato dos senhores, não só ao seu isolado, mas ao dos Deputados que foram eleitos, vamos dizer assim, com a pecha da Universal, a verba de gabinete que a Câmara coloca à disposição do gabinete de cada Parlamentar era distribuída por ele ou pelo senhor? Era o senhor quem fazia a distribuição para fulano, para beltrano, para sicrano, assessor “a”, assessor “b”, ou era ele?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, as indicações, quem fazia éramos nós. Às vezes... O senhor sabe que tem muita gente desempregada, como a



base da nossa Igreja. Então, a gente pegava, por exemplo, uma telefonista, uma secretária, algo que não exigia qualidade técnica. Então, a gente colocava nos gabinetes.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - E, por mais obediência que V.Exas. tinham ao Bispo, não cobravam nenhuma explicação aos seus funcionários, considerando que eles eram indicados pelo senhor?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Nada?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Nada. Absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - O senhor, ao adotar essa postura de não cobrar dos seus servidores ou não tomar conhecimento de nada que poderia acontecer com relação a atitudes adotadas pelo ex-Deputado Bispo Rodrigues, o senhor tinha medo de tomar alguma posição, de ser punido pelo Bispo ou pela Igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Provavelmente por ele, quando tinha a coordenação. Quando ele tinha a coordenação, provavelmente por ele.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Ele era capaz de adotar alguma medida...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Punição radical.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - ...extrema contra o Parlamentar?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Apesar de o mandato não ter sido dado por ele?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É, mas a indicação era dele.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Porque nenhum dos senhores chegou aqui...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Por exemplo, eu estou aqui hoje porque fui indicado por ele. Ele me indicou para ser Parlamentar.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Ah, quer dizer que, na relação dos candidatos da Igreja, era ele que fazia a indicação?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Ele é que indicava, fazia as indicações.



O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Uma outra coisa, por exemplo, é isso aqui. Eu gostaria só que ficasse claro. O Célio não lhe falou que ia ao banco?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - O Rodrigues, ao convocar o Célio, não disse ao senhor que ele ia cumprir essa missão?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Como é que o seu nome apareceu nesse fato todo? Como é que o seu nome apareceu, se na verdade não foi o senhor quem mandou? O Célio não disse que foi o senhor, o Rodrigues não disse ao senhor para que o motorista iria prestar esse serviço. Qual é a explicação que o senhor tem...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu não sei se por referência...

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - ...por exemplo, para o seu nome ter aparecido nessa relação?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu não sei se por referência do próprio Rodrigues ou por referência do Gabinete a quem solicitou. *“Olha, vai aí o motorista do Deputado fulano de tal”*. Não sei se foi essa a referência. Até porque meu nome lá...

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Do seu gabinete ou do gabinete do...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Do gabinete do Rodrigues ou do próprio Rodrigues.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, eu estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente; nobre Relator, Deputado Chico Alencar; nobre colega, Deputado Wanderval Santos; senhor advogado; nobres colegas: nós estamos nesta missão, e o nobre colega, Deputado Wanderval, há de compreender quão espinhosa é para todos nós.

Ouvimos aqui vários membros deste Conselho, e eu quero dizer que me sinto numa situação de certa perplexidade, porque, nobre Deputado Wanderval, o



mandato parlamentar há de ser exercido sob o império da lei — a lei dos homens, a lei que nós fazemos nesta Casa — e não sob o império do poder religioso. São 2 campos distintos. E, quando o império da lei da religião confrontar com a lei dos homens, haverá de prevalecer a lei dos homens. Então, a submissão rigorosa, imperativa da conduta de um deputado à determinação da hierarquia de uma igreja nem sempre terá a guarida das leis dos homens. Fulmina o exercício do mandato, a liberdade, a autonomia, a soberania do exercício do mandato. Compromete a conduta do Parlamentar, porque ele, sob o risco de sofrer um dano, um prejuízo, uma punição, como V.Exa. declarou agora — desculpe-me a expressão que vou usar; não é com intenção de feri-lo —, é capaz de vender a alma ao demônio, porque ele aceitará tudo, até que o mal aconteça na sua casa, no recinto do seu gabinete de trabalho. E aconteceu. Esse é um dinheiro irregular, que transitou pelas mãos de um servidor seu. Não importa que o ex-Deputado Bispo Carlos Rodrigues tivesse todo poder. Ele era seu servidor. E, tomando conhecimento, V.Exa. teria de tomar uma atitude em relação à conduta do seu servidor, mas nunca poderia consentir a um parlamentar...

Eu acho que este é um momento importante para esta Casa, para uma advertência a qualquer igreja que se proponha o domínio absoluto do comportamento das atitudes, negando a personalidade, a identidade do ser humano, que está aqui representando o povo brasileiro.

V.Exa. será candidato à reeleição com o apoio da Igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não a uma ou não a outra?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Da Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não. Não serei mais candidato.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não será candidato. Esse constrangimento que eu sinto agora, eu não poderia deixar calado dentro do meu coração. Quer dizer, creio aqui que todos são fiéis de um culto, de uma igreja, mas, como disse também o Relator, quando fazia suas indagações, ninguém aqui pode exercer o mandato nessas condições. V.Exa. assume o risco, no momento em que qualquer servidor do seu gabinete possa estar disponível para fazer qualquer coisa



que queira a autoridade da Igreja realizar, de bem ou de mal. Não quero fazer cotejo comparativo para não melindrar, suscetibilizar os dogmas da Igreja, mas isso existe na máfia, isso existe na guerrilha, isso existe no crime organizado, em que as pessoas são autômatos e têm de cumprir rigorosamente os ditames determinados, senão são excluídas da organização ou da condição de vida. Então, eu entendo que este é um momento de dificuldade que nós enfrentamos, porque qualquer Parlamentar que consinta com esse tipo de procedimento de um seu auxiliar, que é de confiança... Pode ser da Igreja, mas terá de ser da confiança do Parlamentar. E, quando quebra o elo de confiança, ele tem de ser excluído do círculo do serviço e do círculo da amizade, se comete um pecado de tal gravidade. Mas nada aconteceu com seu auxiliar, seu assessor de confiança, depois de descoberto que ele praticou um ato ilícito. Como V.Exa. explica a continuidade, a permanência desse servidor no seu gabinete?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Da mesma forma que expliquei ao nobre Relator e aos demais companheiros que me inquiriram. Ele, a exemplo de mim, cumpriu uma ordem de um superior hierárquico.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É. V.Exa., pela omissão, reconhece que é co-partícipe dessa engrenagem. Eu não estou fazendo juízo de valor. Estou fazendo uma constatação de tudo que foi aqui dito, declarado. É co-partícipe dessa engrenagem, porque aluiu, aquiesceu, concordou com tudo isso. E envolve um risco pelos resultados, necessariamente.

Eu teria aqui uma série de indagações que, creio, já foram atendidas por outros nobres colegas. Mas fico com esse drama na minha consciência, de confundir o público com o privado, porque a igreja é interesse privado, que deve ser legítimo, mas pode ser escuso. E, como foi conduzido pelo ex-Bispo, ex-Deputado Carlos Rodrigues, que confessadamente reconheceu os seus graves erros, ele renunciou porque seria cassado. E ele está comprometendo também outras pessoas.

Dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Pela ordem, com a palavra o nobre Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente; nobre Relator, Deputado Chico Alencar; Deputado Wanderval Santos; senhor advogado, Dr.



Marcelo Bessa; prezada companheira de Conselho, Deputada Angela; Deputados, colegas de Conselho: na verdade, eu estava prestando atenção nesse exórdio do Deputado Jairo Carneiro, que acabou virando uma peroração, relacionado com esse perigo da submissão hierárquica de certos segmentos confessionais, em relação ao procedimento político-partidário, ou mesmo de doutrina, daqueles que exercem o mandato popular nos Parlamentos. E, por acaso — não sabia que seria essa a observação do experiente Deputado Jairo Carneiro —, eu li ontem e trouxe hoje para esta audiência um artigo escrito em 14 de novembro de 1991, na *Folha de S.Paulo*, pelo literato Gerardo Mello Mourão. Ele, em determinada ocasião, escreveu mais ou menos aquilo que eu anotei e que constitui o sentimento que se deve gravar, hoje, naqueles que se situam como homens públicos com missão evangélica na vida laica. Não sei se o abuso do poder econômico é mais nocivo do que o abuso do poder demagógico e da mistificação. Não tenho nada contra pastores evangélicos, mas é uma lástima que os pastores dos chamados bispos pastoreiem suas ovelhas para a formação de currais eleitorais de outrora, nos sertões dos coronéis. Nada em relação a V.Exa., que optou por essa missão de pastorear ovelhas no sentido de ganhar o prêmio na eternidade. Mas o que se sente é a absurda submissão de um caráter, de uma idéia, de um sentimento, de uma formação anatômica, moral, como poderia ser a de V.Exa., num ato político obediente, às vezes, a orientações erradas e, sobretudo, dentro do melhor termo, equivocadas.

Vejam como é que nós ficamos, de certa forma, transtornados. O PL, um partido de excelente conteúdo doutrinário, nesse episódio que eclodiu dentro desta Casa como eco, até, do escândalo e do clamor popular, tem apresentado aqui, de forma coincidente, nomes que, de certa forma, são emblemáticos na condução dos seus destinos partidários. Aqui já passou Sandro Mabel, já passou Valdemar, já passou Carlos Rodrigues e hoje, infelizmente, está V.Exa. sentado nesse lugar, angustiado, por certo, e sobretudo amargurado por tudo aquilo que está acontecendo na sua vida política, fora a sua vida confessional.

Eu levo essas coincidências a uma situação assim difícil. Uma pergunta que eu faria a V.Exa., por exemplo: o senhor nunca indagou ao ex-Deputado Carlos Rodrigues o que representariam esses 350 mil reais para a sua distribuição ou para a sua capitalização? O senhor nunca perguntou a ele, Deputado Wanderval?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Deputado Nelson Trad, devo suspender a sessão por alguns poucos minutos, a pedido do Deputado Wanderval, que precisa ir ao toalete. Vou suspender a sessão por alguns minutos, atendendo a pedido dele, antes de responder à sua pergunta.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Circunstância muito mais do que dever confessional. Submeto-me à necessidade fisiológica.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, sugiro àqueles que não registraram sua presença que o façam. É o que vou fazer também. Portanto, necessidades fisiológicas e ideológicas, regimentais.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Srs. Deputados, vamos reiniciar os trabalhos. Pergunto ao Deputado se completou sua indagação ou se quer... *(Pausa.)* Então, com a palavra...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Deputado Josias, tem de aguardar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - A chegada do Relator. Eu não observei.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Srs. Deputados, reiniciamos os trabalhos.

Com a palavra o representado, respondendo à indagação do Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Deputado Nelson Trad, quero garantir a V.Exa. uma coisa: se eu soubesse... Até porque entendo eu, ou entendia, na época, que todas as posições políticas, todas as decisões que o ex-Deputado Carlos Rodrigues tomava aqui... Sendo eu subordinado hierarquicamente, eu entendia que todas as posições que ele tomava eram corretas. Até então... O senhor me perguntou se eu sabia. Eu não sabia. E vou garantir a V.Exa., se eu soubesse, na época... Até porque acho que a Igreja, de forma alguma, iria admitir, e não admite, esse tipo de procedimento. Ela não iria admitir, e continua não admitindo, porque eu conheço o âmbito da Igreja. Ela não iria admitir esse procedimento incorreto e arbitrário do Deputado Carlos Rodrigues. Agora, se eu soubesse... Eu já



falei aqui a outros Deputados e repito a V.Exa.: se eu soubesse da origem desse dinheiro, como eu vim a saber pela imprensa, eu garanto a V.Exa. que teria denunciado o Carlos Rodrigues não somente à minha instituição, a quem confiou o meu mandato, mas denunciaria também, sob pena de ser punido, como eu falei aqui, que ele poderia punir... Mas eu não posso ser conivente com alguém que fez alguma coisa errada. E certamente eu o denunciaria à Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - V.Exa. há de admitir, embora isso não seja usual nas investigações, que, em determinados momentos, os que decidem supõem ou imaginam.

Quando eu li o depoimento de V.Exa. e li o depoimento do ex-Deputado Carlos Rodrigues, impregnado dessas afirmações da mídia, eu raciocinei assim: era 17 de dezembro de 2003, mensalão. Conteí mais ou menos os Deputados do PL e falei: "*Dá certo. Dá 35 para cada um*". Imaginei, na realidade. E isso me levou a buscar resposta agora, com V.Exa. Depois do martírio amistoso do ex-Deputado Carlos Rodrigues, em relação ao episódio, sacrificando um mandato a que, evidentemente, ele deveria ter muito apego, V.Exa. não imaginou que aquele dinheiro fosse ilícito ou, pelo menos, um dinheiro que ele não gostaria de revelar a sua destinação? V.Exa. não teve essa preocupação? Na época, V.Exa. já pertencia ao PL?

Então, nessa escala, por especial gentileza, vamos ouvir a sua resposta.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Deputado Nelson Trad, eu não tinha conhecimento desse dinheiro, de quanto ele era. Não tinha conhecimento para onde ele foi.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Nem pela imprensa?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não. Pela imprensa eu vim saber agora, segundo as próprias palavras do ex-Deputado Carlos Rodrigues, que esse dinheiro ele usou para pagar dívidas comprometidas com a aliança lá no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Mas, Deputado Wanderval, o ex-Deputado Carlos Rodrigues fez uma afirmação a V.Exa. heróica: "*Vou renunciar ao meu mandato por causa desse episódio*". Foi uma autopunição. E acho que



V.Exa. assim há de entender. V.Exa. não perguntou a ele a razão da destinação desse dinheiro?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Não perguntei.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Não quis?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não quis. Não perguntei, até porque ele falou, quando foi inquirido, quando veio à tona na imprensa, ele falou que foi para o Rio de Janeiro. Agora, com relação a ele assumir essa autopunição, como V.Exa. está colocando, eu acho que ele teve dignidade, porque, se ele quisesse imputar isso a mim e não quisesse assumir, ficaria difícil, não é? Eu acho que ele teve dignidade e caráter de assumir o seu erro, porque não tem ninguém... não há uma prova contra mim, Deputado Nelson Trad. Não há provas...

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Não. Não estou dizendo isso. Nós estamos procurando provas, evidentemente. O que eu quero afirmar é que gestos heróicos sempre têm uma finalidade ou uma razão. Há poucos dias — sábado — suicidou-se, em Campo Grande, minha terra, Mato Grosso do Sul, um ambientalista, porque o Governador e o seu Secretário de Agricultura e Fomento enviaram um projeto de lei para a Assembléia Legislativa criando 14 usinas de açúcar no Pantanal. E esse ambientalista — eu o conhecia já há alguns anos — vinha insistindo nesse combate, solicitou providências ao Ministério do Meio Ambiente e implorou em comícios e reuniões, mas viu que a coisa já estava com meio caminho andado. E alguns Deputados da Assembléia Legislativa, de forma corajosa, afrontaram a iniciativa do Governo, mas, ainda assim, estavam insistindo em aprovar um projeto dessa natureza. Ele, então, se embebeu de gasolina, como faziam os vietnamitas, os monges, na Guerra do Vietnã, e colocou fogo. Eu considero isso um gesto heróico em função de uma idéia. O homem estava bem constituído como família, tinha um razoável apoio material de trabalhos sendo executado, mas era um delirante. E já que a coisa estava encaminhada — porque metade da classe política do meu Estado está anestesiada —, ele, num gesto heróico, em nome do ambiente salutar que pouco a pouco está sendo corroído pelos gananciosos, imolou a sua vida.

Ora, numa circunstância dessa natureza, o gesto do ex-Deputado Carlos Rodrigues, de certa maneira, não tem esse heroísmo que nós gostaríamos que



tivesse. Mas vamos dar uma forçada de barra: em nome da amizade, do carinho e do respeito que ele tem pelo Deputado Wanderval, ele imolou o seu mandato e a sua carreira política. E V.Exa. não sabia de nada disso? Por que não indagou sobre 350 mil reais, que não eram de dízimos? Isso é o que nos coloca numa situação de perplexidade.

E eu parabenizo V.Exa. pela sorte de estar sob a relatoria de um Deputado tão minucioso — que não tem vocação para detetive, mas seria um competente investigador —, o que é importante até para que a gente possa auxiliar o seu mandato através de uma decisão que vá sugerir à última instância desta Casa uma absolvição. Então, eu perguntaria a V.Exa.: o ex-Deputado Carlos Rodrigues tinha motorista?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Não tinha?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Ele próprio dirigia o carro dele?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não... ele usava quem ele quisesse, inclusive o meu motorista.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Muito bem. E eu pergunto, em função disso, qual é o cargo que V.Exa. tinha dentro do Partido Liberal municipal, regional, nacional ou aqui na bancada?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu fazia parte da Executiva Nacional do Partido. Aliás, fazia, não, faço parte da Executiva Nacional do Partido.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - O senhor se surpreendeu com a notícia daquele dinheiro que transitou dentro do seu Partido Liberal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, eu não tomei conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Não?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - V.Exa. tinha, assim, um respeito hierárquico também em relação ao Presidente Valdemar?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Continuo tendo esse respeito hierárquico.



O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Ainda?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Continuo.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Mas tem por ele respeito como uma Presidência vertical, em termos de comportamento?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Continuo respeitando ele como Líder do partido.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - O senhor não acredita que ele tenha se imiscuído nessa promiscuidade que nós estamos agora investigando?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Olha, eu não acredito, porque é o seguinte, o que aconteceu ele...

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - O senhor não acredita?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não acredito.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Cezar Schirmer.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sr. Presidente, Sr. Relator, eminente Deputado Wanderval, o senhor sabia, tinha idéia ou ouviu falar que o Bispo Rodrigues recebia recursos dessa empresa SMP&B ou do Banco Rural?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Se eu sabia?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - É.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor, Deputado Cezar Schirmer.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Nunca ouviu falar?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Nem sabia que o Bispo Rodrigues podia receber recursos para conseguir votos para o Governo e aumentar os quadros parlamentares do PL?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Nunca ouviu falar?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Nunca ouvi falar.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O Sr. Célio Marques Siqueira foi nomeado pelo senhor ou foi nomeado pelo Bispo Rodrigues?



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Foi nomeado por mim, no meu gabinete.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas por indicação do Bispo?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Acho que o senhor já respondeu isso. Não foi o Bispo que mandou?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Eu já respondi ao Relator. Ele veio advindo de outros gabinetes, veio do Deputado...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim. Tudo bem, eu já sei. Isso que estou colocando é uma introdução. Ele era seu motorista?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Ele buscava S.Exa. em casa, trazia para cá ou...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Porque geralmente a gente fica mais concentrado no trabalho aqui. De casa para o trabalho e só.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim, eu estou querendo considerar que o motorista é uma pessoa de confiança, porque, no carro, muitas vezes, nós conversamos coisas que exigem um mínimo de reserva e de confiança. Então, se o senhor nomeou o Ademar, digo, o Célio, ele tinha essa confiança sua?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tinha, sim, senhor. Tinha e continua tendo, porque ele ainda é meu funcionário.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E a pergunta seguinte que eu ia lhe fazer: ele ainda trabalha no seu gabinete?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Trabalha, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Agora, depois do episódio — esse motorista foi nomeado pelo senhor, é da sua confiança e ainda trabalha no seu gabinete —, o senhor nunca questionou por que ele não lhe disse por que foi no Banco Rural buscar dinheiro?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Nem ele sabia. No dia que ele foi no Banco Rural nem ele sabia que era Banco Rural. O Carlos Rodrigues entregou um pedaço de papel na mão dele...



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim, mas, quando ele entrou lá no Banco Rural, ele viu que era Banco Rural?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, foi pegar um pacote, foi pegar uma encomenda.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Uma encomenda. Mas ele não lhe disse no outro dia: Olhe, ontem fui lá, ao Banco Rural?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, porque era comum, Deputado Cezar Schirmer. Ele servia ao Deputado Carlos Rodrigues, fazia outros e não me participava. Ele encarou essa missão como cotidiana, que ele costumava fazer.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Cotidiana. Isso, eu ouvi o senhor falar nas outras vezes, nas outras oportunidades. Ele lhe contou que foi outras vezes ao Banco Rural buscar dinheiro, buscar encomendas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Nem encomendas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Nunca lhe contou nada?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Essa pessoa é da sua confiança e continua no seu gabinete?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Continua no meu gabinete.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O Sr. Célio é da Igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não é da Igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O senhor é da Igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sou, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Qual é a sua posição na hierarquia da Igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sou membro da Igreja. Membro.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não é pastor?



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Do ponto de vista da hierarquia, o senhor não...?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor, sou membro da Igreja.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Só membro da Igreja.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Membro praticante.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Ainda assim, a Igreja lhe apóia, lhe dá 170 mil votos?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Quantos mil votos o senhor teve?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Cento e setenta e oito mil.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Cento e setenta e oito mil votos. O senhor era bispo da Igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Era, sim.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Antes era? Antes do mandato?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Era antes.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O senhor falou que, em algum momento, houve um novo estilo da Igreja com os Deputados, que aquela posição imperial do Bispo Rodrigues deixou de ser assim, que os Deputados começaram a decidir segundo suas convicções. É isso?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É, sim, senhor, teve alguns Deputados que não aceitaram e...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Em que período foi isso? O senhor lembra? Pensei que o senhor falou numa data, não ouvi direito.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Foi bem antes de fevereiro. Bem antes de fevereiro.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - De que ano?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - De 2003, né, ou de 2002, me parece.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Quer dizer, digamos que tenha sido 2003, porque me lembro que o Bispo Rodrigues imperava aqui.



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Foi logo assim depois da nossa posse, segunda posse. Nossa posse foi...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim, então, em algum momento, o Bispo Rodrigues deixou de ser o poderoso *capo* que mandava e desmandava?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Em 2003. Deixou, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Antes de cair em ostracismo?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Porque houve um período em que o acusaram de assassinato no Rio de Janeiro, e ele foi, em tese, afastado.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Foi afastado, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Antes disso, ele já... os Deputados do PL já começaram a exigir um pouco mais de liberdade, de consciência de voto e de atuação parlamentar.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Foi, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Isso teria sido, pelo que entendi, em fevereiro de 2003?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Agora, o senhor lembra quando foi buscado o dinheiro no Banco Rural pelo seu motorista?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Foi em dezembro, não é? Foi em dezembro.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Então, de fevereiro de 2003 a dezembro de 2003, qual era a sua relação, já que o Bispo Rodrigues tinha diminuído sua postura autoritária e imperial, e alguns Deputados tentavam se libertar dessa tutela? Como era a sua relação?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Aí, mudou...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O senhor continuava submisso?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não, senhor, porque aí mudou a coordenação da Igreja. Então, a orientação veio por parte de outro Deputado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Isso em fevereiro de 2003.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É, após fevereiro de 2003.



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Em dezembro de 2003, o seu motorista foi buscar dinheiro a mando do Bispo Rodrigues?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Estou tentando precisar essa questão, porque, se em algum momento o Bispo Rodrigues deixou de ter essa tutela, e esse momento foi antes da busca do dinheiro, isso, com todo o respeito, diminui a responsabilidade do Bispo Rodrigues e amplia a sua. O senhor entende o que estou querendo dizer?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não estou entendendo, não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Se, em fevereiro de 2003, o Bispo Rodrigues deixou de ser o todo-poderoso, o mandão dos Deputados da Igreja Universal aqui dentro...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Mas, em dezembro, ele era.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Ainda era?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Era, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Há uma contradição nas datas.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Em dezembro, era.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O senhor falou 2 ou 3 vezes em fevereiro de 2003.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Devo estar confundindo o ano, então, Deputado Cezar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Desculpe-me, nobre colega, creio que o dinheiro foi recebido em dezembro de 2004.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, de 2003.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Dois mil e três?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Obrigado.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Devo estar confundindo, Deputado Cezar Schirmer, 2003 e 2004. Mas, em 2003, foi dezembro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A próxima inscrita é a Deputada Angela Guadagnin. Gostaria de lembrar a todos que, na seqüência,



teremos o Deputado Carlos Sampaio, Deputado Josias Quintal, Deputado Colbert Martins e Deputado Sandro Mabel.

Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Pegando o raciocínio que o Deputado Cezar estava usando, o senhor, quando estava respondendo ao Relator, colocou que, no primeiro mandato, tinha uma obediência muito maior, até pela hierarquia da Igreja. E que, depois, nesse segundo mandato, o senhor, por uma questão pessoal — que eu respeito, não quero que o senhor decline aqui —, mas por uma questão pessoal, no início deste mandato agora, desvinculou-se daquela hierarquia da Igreja e passou a ser um membro simplesmente, um fiel que ora ao Senhor. Isso o senhor colocou. Será que foi nisso que o senhor fez a confusão, de quando o senhor se desligou dessa hierarquia da Igreja com a questão do Bispo Rodrigues ser ainda o responsável, ter autoridade sobre toda a bancada? Ou não foi nessa época, mas realmente no início de 2003 que o Bispo Rodrigues teve essa perda de poder?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Foi no início... eu devo... tem nos Anais. Eu devo estar confundindo. Em 2003, foi o saque, mas, em 2003, ele ainda era o coordenador.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quer dizer que durante todo o ano de 2003, apesar de o senhor ter se desligado da hierarquia da Igreja por problemas pessoais seus, ele continuava sendo o responsável, o mentor, coordenador da bancada da igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Coordenador da Igreja.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Aí, em fins de 2003, ele ainda determinava ao seu motorista que agisse.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Em algum momento de 2004, depois desse de dezembro, ele deixou de ser o coordenador.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Deixou de ser o coordenador.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas ele continuava utilizando os serviços de seus assessores?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhora.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quer dizer, depois que ele deixou de ser o coordenador da bancada, ele não utilizava mais os serviços de seus Assessores?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. Não havia incompatibilidade do horário em que seu assessor estaria a seu serviço com a responsabilidade que ele assumia com o Carlos Rodrigues?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhora, porque, a qualquer hora que ele solicitasse, independentemente de dia...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Independentemente de o senhor precisar?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Independentemente de eu precisar, até porque me parece que foi na parte da tarde, e na parte da tarde tem plenário, Comissões, então, eu não precisava do motorista. E, aí, não teria problema. Mas ainda que eu precisasse, ele tinha total liberdade para usá-lo

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Aí, o senhor ficaria precisando?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Aí, eu ficaria precisando ou pegaria de outro.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está bom. Diga-me uma coisa: o senhor falou que o Célio, o motorista, não é da Igreja Universal.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Os seus outros Assessores são da Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Como é que seus assessores vêm essa relação de estar no seu gabinete e prestar serviços para outro Deputado?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Uma relação de obediência...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ao senhor?



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - A mim, porque era o seguinte: “Quando o Rodrigues precisar de todo e qualquer tipo de trabalho, a gente tem que fazer.” Isso quando ele era coordenador. Agora, não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quando, àquela hora, foi perguntado, parece-me que pelo Nelson Trad, se o senhor seria Deputado de novo pela Igreja Universal, eu não entendi se o senhor seria Deputado novamente, candidato à reeleição, ou se o senhor não vai ser Deputado pela Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Nem uma coisa nem outra?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Nem uma coisa nem outra. Eu não serei mais candidato.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está certo. Não será mais candidato. A pergunta era essa. Quer dizer, em nenhum momento, o senhor sabia que o seu motorista foi ao Banco Rural?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Só ficou sabendo quando foi para a imprensa?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Quando foi para a imprensa.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E nesse momento foi que o senhor cobrou do Carlos Rodrigues?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Cobrei dele, com indignação, é claro.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E o senhor não soube onde ele pegou nem onde entregou?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E depois de ter conversado com o Carlos Rodrigues, o senhor ficou sabendo onde ele entregou o dinheiro, como foi determinado para ele que fosse buscar o dinheiro?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Quando eu fiquei sabendo, aí o motorista falou que realmente teria ido ao banco e pegou esse pacote, essa encomenda.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Como foi a ordem para ele ir ao banco?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Ele pegou um pedaço de papel, com endereço, não tinha nome de banco nem nada, entregou para o Célio e falou: *“Vai nesse endereço e pega uma encomenda e leva para mim na minha casa.”* Foi o que foi feito.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ah, então, ele levou na casa dele?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Na casa do Carlos Rodrigues.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Era o que eu queria perguntar.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, nobre Relator, colegas do Conselho de Ética, eu me sinto aqui na obrigação de fazer alguns registros diante dos testemunhos que ouvi e também da realidade que sei. Em primeiro lugar, em que pese ser católico, tenho amigos, Parlamentares ou não, que são da Igreja Universal e eu preciso aqui fazer um registro que acho é do conhecimento de todos. Mas, na Igreja Universal, a doutrina e a hierarquia chegam às últimas conseqüências — e isso é fato. Queiramos ou não, é uma realidade.

Em segundo lugar, faço um registro também de algo que já veio para este Conselho, mas que fora produzido à época na CPMI dos Correios e, portanto, não é prova sigilosa. Ao contrário, veio até para o Conselho e foi noticiado pela mídia, que a Sra. Simone, quando foi ouvida, ela deixou bastante claro... O procedimento era o seguinte: enviavam o dinheiro de Belo Horizonte para cá, para o Banco Rural de Brasília, ou melhor, uma ordem. Essa ordem vinha num fax, e, nesse fax, a Sra. Simone estava autorizada a retirar o dinheiro. Quando ela não podia esperar, ela, no verso, colocava com a letra dela — e, no caso, foi desnecessário exame grafotécnico porque ela confirmou... A letra estava lá.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Só um instantinho. O senhor está falando por ter ouvido esse depoimento lá?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Desculpe...



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor está fazendo esse relatório por ter ouvido esse depoimento lá, na...?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Justamente. Nesse depoimento, ela disse claramente — depoimento público, portanto, não sigiloso — que aquela letra que estava no verso do documento do Banco Rural escrito “*Bispo Rodrigues*” era dela e que o dinheiro estava endereçado para o Bispo Rodrigues e que ela nunca ouviu falar no Bispo Wanderval. A letra que vinha em seguida à do Bispo Rodrigues, escrito “*Wanderval*”, não era a letra dela, e a gente percebia a olhos vistos que não era dela. Era daquele funcionário que ficou incumbido de entregar ao Bispo Rodrigues, que, depois, entendeu ele, talvez por uma ligação do próprio Bispo Rodrigues, que seria para o Wanderval e, em seguida, o próprio nome Wanderval vem riscado e, novamente, com a mesma letra desse funcionário, vem escrito Célio. Portanto, está mais do que claro que para ela, Simone, nunca existiu a figura do Deputado Wanderval. Tão-somente a do Bispo Rodrigues, porque ela saiu de Belo Horizonte com a orientação de entregar esse dinheiro ao Bispo Rodrigues e só não o fez e entregou, por fim, ao Célio, porque ele acabou demorando e, segundo ela, era praxe quando demorava, o próprio funcionário do Banco entregava.

Então, também faço esse registro porque entendo, por um dever de consciência, oportuno.

Eu ouvi aqui algumas ponderações no sentido de que o Bispo Wanderval — então Bispo Wanderval, hoje Deputado Wanderval —, ao agir da forma como agia, ele, na verdade, renegava seu mandato, ele deixava de exercer o seu mandato na sua plenitude, submetendo-o à Igreja Universal. E aqui eu faço, sim, um juízo de valor. Esta Casa contém segmentos dos mais variados. E se ele representava à época a Igreja Universal, cuja doutrina, cujo proceder algum de nós não tem como modelo e referência para o exercício do Parlamento, não me cabe aqui julgá-lo por ser um cumpridor dessa doutrina. Em hipótese alguma vou questionar o fato de ele, por ser cumpridor fiel de uma doutrina, ter relegado ou ter submetido ou ter jogado seu mandato no sentido de abrir mão do mesmo. Não vejo dessa forma. Discordo do proceder, mas entendo que ele agiu estritamente por um dever doutrinário da Igreja de que ele, à época, era bispo e hoje é membro efetivo.



Também não vejo estranheza, e confesso, no fato de que ele não indagou, à época, ao Célio o que ele foi buscar, por que foi buscar. A Igreja Universal... Repito: tenho amigos que freqüentam, são membros e tenho amigos que são bispos. Não existe essa consulta dentro dessa hierarquia. Eu não consigo imaginar, à época, o Bispo Wanderval perguntando ao Bispo Rodrigues: "O que o senhor vai fazer com esses 350 mil?" Isso não cabe nessa doutrina hierárquica da Igreja Universal. Exigir-se isso dele é exigir-se algo que não se coaduna com os parâmetros daquilo que tem a Igreja Universal como sendo o seu norte — não daquilo que para nós é o norte do que deva ser um Parlamentar. São coisas distintas.

E, portanto, quando indagado pelo Deputado Nelson Trad, inclusive: "*Não lhe ocorreu perguntar o que ele faria com os 350 mil?*", confesso, Deputado Nelson Trad, que eu não consigo imaginar essa relação dentro da hierarquia da Igreja de um bispo que não tenha o comando, como tinha o Bispo Rodrigues, perguntando de um bispo, digamos assim, menor dentro da esfera hierárquica da igreja para um bispo maior: Esse dinheiro está indo para onde? Qual é a destinação que será dada a ele? Todas essas perguntas são perguntas que quando conversamos aqui de assessores deste ou daquele Parlamentar, são perguntas naturais e que deveríamos fazê-la. No caso específico da Igreja Universal, quem conhece a doutrina, quem sabe como funciona a hierarquia ali dentro sabe que não teria cabimento essa pergunta, em que pese eu entender perfeitamente a sua indignação quanto ao fato de não lhe ter ocorrido nem perguntar. Mas não seria a regra. E é um testemunho que trago por ser conhecedor de como procedem aqueles que são da Igreja Universal.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Fora do Regimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Por gentileza.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Se me permite o Presidente, evidentemente, e se V.Exa. concede, eu gostaria que V.Exa. perguntasse ao Deputado Wanderval, para situar este fato do dinheiro, se ele, nessa ocasião, era subordinado hierarquicamente ao Bispo Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Só não faria essa indagação, se me permite, por uma única razão: porque era, e eu ouvi isso à época como



Sub-Relator da CPMI dos Correios. Mas eu vou, em deferência a V.Exa., perguntar novamente. Mas, à época, ficou claro isso para nós, da CPMI dos Correios.

Deputado Wanderval, em dezembro, à época do saque, V.Exa. ainda tinha, digamos, como coordenador da sua bancada o Bispo Rodrigues, como orientador da sua Igreja e, portanto, o seu orientador dentro desta Casa?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor, Deputado Carlos Sampaio. Ele era o nosso coordenador político. O Deputado Nelson Trad me perguntou se eu sabia. E se eu soubesse... Eu respondi, até porque a igreja não seria conivente com atitudes erradas de um bispo o qual tinha procuração de responder por ela, pela instituição, aqui dentro. Então, se eu soubesse, se eu tivesse tomado conhecimento de que esse dinheiro era um dinheiro da forma que está sendo colocada aí, eu certamente — sob pena de perder, de ser punido, não sei — iria denunciar.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado Nelson Trad, por gentileza.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Se à época o Sr. Carlos Rodrigues já tinha sido defenestrado do seu cargo episcopal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ele continuava como bispo?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Continuava como bispo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu fiz todos esses registros, nobre Relator, porque, na verdade, eu não teria perguntas a fazer. Mas, insisto: nós vamos julgá-lo neste Conselho não pelo fato de ele cumprir ou não a doutrina da sua Igreja e não pelo fato desse cumprimento implicar algo que a nós não nos parece correto, pela nossa visão parlamentar. Mas pela visão parlamentar dele, eu não estaria a exigir dele outro comportamento que não o que teve.

E faço outro registro: o Sr. Célio depôs na Polícia Federal antes de o Bispo Rodrigues renunciar. E, àquela época, deixou bastante claro que foi buscar o tal envelope com o dinheiro, levando-o às mãos do então Bispo Rodrigues, sem ter ciência do que levava e sem aquiescência ou mesmo a consulta ao então Bispo Wanderval. Então, não se trata, penso eu, de uma armação pós-renúncia. Já que eu renunciei, eu vou ajudá-lo no sentido de dizer que fui eu. Não. Isso ficou claro para a



CPMI e para a Polícia Federal antes da renúncia do então Bispo Rodrigues, ex-Deputado Carlos Rodrigues.

Então, faço esses registros para deixar claro que vamos julgá-lo aqui pelo fato concreto. E esse fato concreto é o que, a meu ver, deve pautar este Conselho.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Josias Quintal. Antes, gostaria de lembrar-lhes que vamos encerrar esta reunião às 16h30min. Estão inscritos ainda o Deputado Colbert Martins, que é membro do Conselho, o Líder Sandro Mabel e o Deputado Humberto Michiles.

Com a palavra o Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Vou colaborar, Sr. Presidente. Não vou gastar mais do que meia hora, com certeza. *(Risos.)*

Mas, Sr. Presidente, Sr. Deputado Wanderval, este ambiente aqui, por ser um ambiente político, um ambiente onde a discussão se dá da forma mais eclética possível, ele nos permitiu, com as intervenções dos companheiros, estendermos a discussão acerca até mesmo de tema que foge ao objetivo principal desta audiência, que é interrogar.

Nas conversas, e com muitos ensinamentos, por sinal — aqui é sempre um ambiente bom para se aprender —, falou-se muito da questão do papel da Igreja, da forma como a Igreja atua nesta Casa, a forma como os Parlamentares se submetem às orientações da Igreja, quando deveriam, aqui dentro, no exercício Parlamentar, submeter-se principalmente às regras da Casa, aos objetivos que o próprio cargo de Parlamentar lhes impõe, as obrigações impostas aos Parlamentares.

Ficou muito claro aqui algo que nós já pressentíamos e até sentíamos, que é essa questão da hierarquia, do elevado grau de subordinação a que Parlamentares, e Parlamentares pertencentes a determinados segmentos da Igreja ou das Igrejas, se subordinam. E V.Exa. inclusive reconheceu isso. A mim não causa surpresa, porque já tinha notícia, inclusive, da forma como o Bispo Rodrigues se relacionava com os membros do seu partido, especialmente com aqueles ligados à Igreja. Ele tinha realmente a fama de homem muito exigente, homem muito duro com seus companheiros. Essa é a impressão que tínhamos, e V.Exa. vem confirmar.



Bem, não vamos continuar abordando essa questão, até porque, se entrar nesse campo, iria entrar também num campo em que eu tenho me detido ultimamente, que é referente à questão de controle de natalidade, do papel da Igreja, enfim, da minha discordância com relação a determinados dogmas religiosos que impõem sérias restrições a isso, contrariamente às necessidades atuais.

Mas vamos sair dessa questão e ir diretamente ao assunto. Vou ser muito breve. Bispo, ou melhor, Deputado Wanderval, no jargão popular existe uma frase conhecida: *“Quem não deve, não teme”*. E no meio policial, especialmente nos ambientes de investigação, existe um jargão que rola solto em todos os ambientes, tem até quadrinhos, frases colocadas em quadros, que dizem exatamente o contrário: *“Quem deve, teme”*.

A defesa de V.Exa. começa aqui apresentando uma questão relacionada à tempestividade. É lógico, não temos crítica a fazer a essa introdução na defesa, porque, afinal, o direito de ampla defesa tem de ser assegurado a V.Exa., e isso se insere nesse direito. Mas eu, particularmente, acho que no seu caso, pela forma como ele se mostra, pelos poucos aspectos que podem ensejar um comprometimento seu, seria absolutamente dispensável, talvez um recado pra nós dessa natureza. Talvez a sua defesa, imaginando que lá na frente este Conselho venha a condená-lo, e esse recurso da tempestividade possa ser buscado, queira recorrer a essa possibilidade de uma possível infringência a uma simples norma regimental aqui.

Então, apenas essa observação, mas reconhecendo o direito de ampla defesa. O advogado pode não concordar, mas que fique o registro. Eu acho que V.Exa., em razão do fato em que se vê envolvido, da dificuldade até que possamos ter de reunir elementos que possam incriminá-lo, não deveria certamente se preocupar com esses aspectos e apenas com o mérito da questão.

Feita essa introdução, eu pergunto a V.Exa., de maneira repetitiva, mas para ficar registrado, se V.Exa., em algum momento, conversou com o motorista, ou se o motorista em algum momento conversou com V.Exa., dando ciência de que, antes de os fatos virem à tona, ele teria ido no banco, naquele endereço, apanhar dinheiro para o Bispo Rodrigues. Se em algum momento, antes de os fatos eclodirem na mídia, ele teria feito a V.Exa. algum comentário a esse respeito.



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Antes porém... Logicamente que eu não sou jurista. Essa estratégia de defesa da tempestividade que o senhor colocou, isso...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É, mas eu até já garanti aqui ao digníssimo Relator que eu não recorrerei a instância nenhuma, a não ser ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, porque eu não devo, porque eu sou inocente. Eu não peguei dinheiro de Marcos Valério. Agora, estou envolvido porque o meu motorista foi subserviente e, certamente, com todo o respeito aos meus nobres pares que não entenderam a forma como o Célio foi e não me falou nada. E respondendo a V.Exa., ele não precisava me responder. Ele exerceu essa função nesse dia, como se ele exercesse qualquer outra função, até porque nem ele sabia se ele ia no Banco Rural ou se ele iria pegar dinheiro. Quando ele chegou lá no banco — eu falei aqui, geralmente o banco é sempre embaixo —, ele pegou um elevador, parece que subiu no 6º ou no 7º andar, não sei onde é o Banco Rural, chegou lá e se deparou com o Banco Rural: *“Eu vim aqui buscar uma encomenda do Bispo Rodrigues”*. O cidadão ou a cidadã que estava lá pegou a encomenda, entregou na mão dele, ele pegou o carro e foi na casa do Carlos Rodrigues, e entregou na mão do Carlos Rodrigues, e não me falou absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Ele sabia que essa encomenda seria dinheiro em espécie?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Não sabia?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não sabia.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Não contou o dinheiro?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não contou o dinheiro. O envelope estava lacrado.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Está bom, Bispo. Então, veja bem que eu não tinha muito o que perguntar. Eu estou satisfeito, até que venha a depor nesta Casa o motorista e/ou testemunhas que possam trazer algum fato novo, se assim existirem. Então, eu estou satisfeito com a pergunta e com a resposta.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, senhoras e senhores, Deputados e Deputadas, Conselheiros, acho evidentemente que não cabem perguntas ou aprofundamentos diferentes do que nós estamos acompanhando do relato que foi dado tanto pela defesa, como o que está anexado aqui com relação ao Deputado Wanderval. Há informação, Deputado Wanderval, de que o Célio teria ficado com 150 reais. O senhor tomou conhecimento disso quando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Cento e cinqüenta mil.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Cento e cinqüenta mil.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Desculpe, está errado aqui. Aqui está 150. Cento e cinqüenta mil reais?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Acho que há algum equívoco aí. Ele foi essa única vez. E a única vez que ele pegou o envelope, ele não soube de valores e entregou para o Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Não teve... Onde é que estou lendo aqui que teria... Relatório da sindicância. Uma parte para ele... É isso, não é? Mas ele pegou um pacote no banco e entregou...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - E levou ao Deputado Carlos Rodrigues, ao ex-Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O Deputado Rodrigues ligou direto para ele, pelo celular dele. Isso era uma prática...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Era uma prática comum.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Ele dá um número aqui de celular.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, eu não sei se foi ele que ligou...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Ele recebeu uma ligação ou teria recebido uma ligação?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Talvez do gabinete do Carlos Rodrigues.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Recebeu uma ligação no celular nº 6199625534 e ele cumpriu a determinação. Entrega de volta. Em nenhum momento o senhor participou ou recebeu, não teve conhecimento, não transitou, não manipulou esse dinheiro?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E o seu envolvimento é em razão de essa pessoa ter feito esse saque?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Dessa pessoa, porque apareceu o meu nome no papel, como falou agora o Deputado Carlos Sampaio, que acompanhou lá na CPI. Quer dizer, o dinheiro foi destinado, segundo afirmação do Marcos Valério, segundo afirmação da Simone Vasconcelos, segundo afirmação do Delúbio Soares, esse dinheiro foi destinado ao Bispo Rodrigues. Quando o Célio chegou no banco, a Dona Simone, que poderia ter atendido, não estava no banco. Atendeu uma outra pessoa, e essa pessoa deve ter escrito meu nome por referência do próprio Célio, ou do próprio Rodrigues, ou do seu gabinete.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O Célio deu-lhe essas informações após esse fato? Ele comunicou-lhe o que aconteceu, a forma que ele saiu e essa entrega?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor teve conhecimento disso em algum momento?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Também não?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor, Deputado Colbert.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Eu estou acompanhando aqui o depoimento que foi dado na Polícia Federal e acompanho também as informações do Deputado Wanderval. E eu aguardarei, evidentemente, até porque eu acho que não avançaríamos mais além do que está aqui colocado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Sandro Mabel.



O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu só gostaria de lembrar que os não-membros, os Líderes não-membros têm 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Pois não. Não é que eu tenha saudade aqui e estou voltando assim com tanta alegria. (*Risos.*) Mas, sem dúvida nenhuma, esta Comissão para mim vai ser uma coisa inesquecível na vida. Esta Comissão mudou a minha vida ou retornou a minha vida. Isso é ponto pacífico. Então, eu quero dizer que volto aqui sem saudades pelo que eu passei, mas feliz em voltar a esta Comissão. Isso eu pude relatar, também, ao Wanderval. Inclusive pedi a ele, pedi ao nosso advogado também. E ele falou: *“É minha intenção, Deputado Chico Alencar, de não recorrer”*. Eu falei: *“Deputado, não protele. A Comissão vai saber te julgar. Você é inocente, é inocente. A Comissão vai saber te julgar. Pode ir. Fale a verdade. Fale a verdade e você vai ser julgado por uma Comissão em que eu tenho a total confiança nesse ponto, pelo que eu passei”*.

Só queria dizer ao Deputado Chico Alencar, aos nobres pares, que a Igreja Universal com que nós aprendemos a conviver, porque nós tínhamos 7 Deputados na bancada que eram da Igreja Universal... A Igreja Universal tinha 18 Deputados, se não me engano, na bancada, mas estavam em vários partidos. No PL tinha 7 ou 8 Deputados. A Igreja Universal tem uma característica que é a seguinte, mais ou menos: as pessoas que vão para a Igreja Universal já tentaram tudo na vida. Quando ela vai para a Igreja Universal, a disciplina é o fator principal naquela Igreja. Eu fiquei impressionado ao ver a disciplina. Quem conhece a Igreja Universal, é a disciplina que marca, quer dizer, é a fé e a disciplina, como bem disse o Deputado Carlos Sampaio. Há coisas que nós não conseguimos compreender, porque só vivendo a Igreja Universal é que se vai conhecer.

Eu, como tenho vivência em Igreja de maneira geral, apesar de ser católico — eu sou bem religioso por causa de família —, eu já estive na Igreja Universal participando, lá em Goiânia, inclusive porque tinha Deputado do PL lá quando fui eleito da outra vez. Eu fiquei impressionado ao ver, Deputado Chico Alencar, isso. Quando eu fui eleito agora, desta vez — e eu já conhecia a Igreja Universal da outra vez que eu vim para cá —, quando eu fui eleito desta vez é que eu pude então



conviver com essa bancada que existia, e eu vi a disciplina imposta pelo Bispo Rodrigues. Mas não era disciplina pejorativa, não, porque não tira a liberdade do Parlamentar, a não ser nas questões que eles fecham: *“Isso vai votar assim!”* Não tem conversa, votam daquele jeito.

Agora, o Deputado Wanderval, para se ter uma idéia, tem 53 projetos apresentados; ele tem 3 que já estão Senado, sobre diversos temas. Três já estão em votação no Senado, um deles de parcelamento de solo urbano que unifica tudo. Inclusive está dando muita discussão esse projeto, é muito interessante, que regulariza as favelas que foram construídas, os parcelamentos, no âmbito municipal, estadual. É um projeto excelente. Ele tem projetos em todas as áreas. Então, não que o Deputado perca a identidade dele. O Wanderval trabalha muito, trabalha muito, é disciplinado e tal.

Agora, o Wanderval tem esse jeito dele, é um camarada mais recatado, mas trabalha, tem uma boa equipe de trabalho e tem 53 projetos apresentados. Não são poucos. Ele vai ter na Legislatura dele pelo menos 4 ou 5 projetos aprovados, o que é muito difícil. Eu, apesar de ter uma série de projetos, não consegui enviar nenhum meu para o Senado. Fico pensando que não tem a qualidade do projeto dele.

A Igreja, ela... O Bispo Rodrigues, ele exercia... O Bispo Rodrigues começou a primeira igreja junto com o Edir Macedo. Ele começou. Ele foi para a África, ele fundou a Igreja na África. Então, o Bispo Rodrigues era o todo-poderoso da Igreja, mas não era o todo-poderoso porque ele era o todo-poderoso, porque ele tinha metralhadora, não, mas é porque ele construiu aquilo inteirinho, ele construiu toda aquela posição que ele criou na Igreja.

E quando a gente conversa com essas pessoas, tipo o Wanderval, o Bispo Rodrigues, aprende muita coisa, assim, algumas filosofias, umas coisas interessantes, principalmente na visão que o Wanderval tem e nos projetos de lei. Quando você conhece, você vai passando a admirar ainda mais. Lá, na nossa bancada, nós sempre, nas votações, não chamávamos... Quando tinha uma votação mais complicada, nós não precisávamos chamar todos os Deputados, porque eles se reuniam depois. Nós chamávamos o líder deles, que era o Carlos Rodrigues. Já estou encerrando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dois minutos só.



O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Obrigado, Sr. Presidente. Então, ele trocava idéia com o pessoal, dentro do que tinha sido trocado, a não ser quando era reunião de bancada, porque, logicamente, todos participam. Mas tem essa visão.

Eu achei interessante o Deputado Carlos Sampaio, na observação que fez, também, dizer que é difícil a gente entender, de fora, o porquê disso. Mas é o caso dos sindicalistas, que se reúnem em 3, em 4, e defendem aquela posição, de qualquer jeito; é o caso de partidos que defendem uma posição e não querem saber se está certo ou está errado; é o caso da bancada ruralista, que tem, entre os seus membros, alguns que defendem a agricultura. Ali, não tem conversa para eles. Para eles, tudo o que é mais importante é a agricultura. Então, é o que cria este Parlamento. Seria interessante a diversidade de pessoas, a diversidade, muitas vezes, de segmentos, que são representados dentro do Parlamento.

Agora, na época, quando surgiu o fato, pela imprensa, o Deputado Wanderval chegou angustiado, nesse assunto, procurando o Rodrigues, falando: *“Não é possível ter feito isso comigo”*. Estava indignado, chegou na Liderança. Nós fomos conversar juntos. O Rodrigues explicou para ele. Eu falei para ele, talvez até para o Líder e para o Costa: *“Wanderval, eu acho que você devia demitir esse motorista”*. Sabe o que ele falou para mim? Ele falou uma coisa importante: *“Sandro, este motorista ganha um salariozinho que sustenta a família dele. Ele não tem nada a ver com a história. Você conhece como funciona o Rodrigues: ele manda aqui, manda ali, manda ali. Esse cara já foi no supermercado, ele leva filho na faculdade, ou faz isso, faz aquilo. Quer dizer, é uma pessoa que trabalha para o Rodrigues, como outros motoristas de outros Deputados”*. Eu falei: *“É, mas, politicamente...”*. Ele falou: *“Sandro, eu vou ser injusto”*. Eu achei interessante a posição dele, na época. *“Eu vou ser injusto com esse homem, que defende o pão dele, ali. Ele não tem nada a ver. Mandaram ele a um lugar: vai, traz, faz...”*. Então, falou: *“Eu vou analisar essa história”*. Quando ele saiu da sala, eu falei: *“Wanderval, você está certo, nem analisa essa história. Você está certo. Nós estamos querendo matar quem não tem nada a ver com a história”*. Quer dizer, o cara que foi lá cumprir uma missão, que não tem nada a ver com essa história, vai ser o primeiro que nós vamos cortar a cabeça. Porque mandar embora o motorista é a mesma coisa que caçar o nosso mandato.



Ele estaria caçando o motorista dele, que seria demitido porque ajudou ou qualquer coisa nesse sentido.

Então, eu só queria dar este depoimento a esta Comissão, porque eu conheço o Wanderval há muito tempo. Eu acredito nesse moço. Se o senhor ler, Deputado, os projetos dele, o senhor vai ver com que liberdade e seriedade ele trabalha, dentro das restrições que existem de disciplina na Igreja. Essa, existe. E se ele foi eleito, ele saiu... Só concluindo, Presidente. Se ele foi eleito... Ele saiu sem ser conhecido numa cidade e vira eleito. Eu vejo lá na minha cidade que há 2 bispos novos que chegaram lá, há pouco tempo. Um vai ser Deputado Estadual e o outro Federal. E vão os 2 eleitos.

Então, essa é uma posição. E, depois, então, a Igreja os submete a fazer, a ter uma liderança que comanda algumas ações. Mas a liberdade de trabalhar ele tem, e trabalhou bastante.

Eram só essas observações a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O último inscrito a falar é o nobre Deputado Humberto Michiles e, em seguida, o Relator.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, se as assertivas do Deputado Sandro Mabel estiverem certas, não vai ser uma eleição, vai ser um milagre.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Não, Deputado, desculpe, mas isso daqui não é só aqui, não. Não é só em Goiás, não; são em todas. O Bispo Wanderval e outros que vieram... que vêm, eles vêm dentro... Eu até, uma vez, estive conversando, porque eu acho que o critério que eles usam, a formação do pessoal deles está errada, porque eles pegam um bispo e colocam para Deputado Federal. Deveriam colocar para Vereador, vir crescendo, preparando o cara para chegar até aqui.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - É o centralismo democrático na Igreja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Humberto.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu devo de início dizer o seguinte: venho a este Conselho prestar um depoimento na expectativa que o relato desse fato possa contribuir para que os membros deste Conselho ofereçam um parecer o mais justo, o mais correto e



o mais próximo da realidade dos fatos. Eu não tenho uma proximidade maior com o Deputado Wanderval Santos. Eu sou do PL, como ele também é do PL. Mas ele é Deputado por São Paulo, e eu sou Deputado por Amazonas. Nós nunca tivemos uma relação mais estreita. Tenho, evidentemente, acompanhado a angústia do Deputado Wanderval as vezes que encontro com ele na Liderança.

Mas eu quero relatar o seguinte: eu era Deputado recém-chegado aqui — estou no meu primeiro mandato — e reunimos a bancada para a escolha do 4º Secretário, posição que cabia ao PL, na composição da Mesa. Quero relatar isso porque esse fato me chamou muito a atenção. Havia 2 candidatos: um era o Deputado João Caldas, que hoje é o Presidente, é o 4º Secretário; o outro era um Deputado, ou é um Deputado, que era da liderança, ou era liderado pelo então Bispo Rodrigues. Fomos para a eleição. Voto secreto. Feita a apuração dos votos, Sr. Presidente, o Deputado liderado pelo Deputado Bispo Rodrigues foi escolhido no seio da bancada. Terminou a eleição, o Deputado Bispo Rodrigues tomou a palavra — não pediu, mas tomou a palavra — e disse: “*O Deputado fulano de tal ganhou a eleição, mas ele está retirando a sua candidatura e vai ser candidato do partido... está retirando a candidatura em favor do Deputado João Caldas*”. Eu não conhecia, àquela época, como era o procedimento de atuação do Deputado Bispo Rodrigues e fiquei absorto, de queixo caído, vendo aquela manifestação de liderança, ou de autoridade, sobre os seus comandados.

Sr. Presidente, era o fato que eu gostaria de relatar. Procurei ser o mais realista possível e relatar da forma mais próxima do que aconteceu. Não quero aqui entrar no mérito da questão, não sou membro do Conselho, quero apenas contribuir para que seja feita justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Para encerrarmos, o nosso Relator, o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Apenas para precisar mais alguns dados que não me ficaram muito nítidos. Deputado Wanderval, o senhor se recorda quando foi afastado da hierarquia da Igreja Universal, quando perdeu a condição de Bispo da Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso, o senhor.



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sr. Relator, eu não posso precisar o mês e a data, mas eu posso informar ao senhor, se necessário.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Claro. Seria importante essa informação. Isso coincide também com a sua não-obediência mais a essa hierarquia vertical tão... Coincidentemente, quer dizer, no momento em que o senhor deixou de ser Bispo e passou apenas à condição de um fiel da Igreja, o senhor passou também a não mais obedecer fielmente àquela hierarquia...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...coordenada pelo ex-Deputado...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - ...Carlos Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Relator, V.Exa. me permite, colaborando com o raciocínio?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois não, claro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pelo que entendi, o nobre colega Deputado Wanderval não perdeu em função de divergir, mas em razão de um problema de ordem familiar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas é por isso que eu perguntei se coincidiu o fato de ele deixar a condição de Bispo com também deixar de se subordinar ao ex-Deputado Carlos Rodrigues, porque as datas estão imprecisas.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - É importante dizer isso, porque quando eu fiz a indagação era exatamente nesse sentido que V.Exa. falou. E S.Exa. falou que, durante o ano de 2003, apesar de ter saído, deixado de ser Bispo, só participa como membro da Igreja, orando etc., ele continuava subordinado hierarquicamente ao Bispo Rodrigues. Teria contado isso antes. Então, indague direitinho isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A Deputada Angela está corrigindo o senhor.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - O.k.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É isso?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Foi 2003. Eu não sei quando é que foi...



O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Deputado Wanderval... Deputado Chico, só para... Como eu era Líder da bancada... Na verdade, o Bispo Rodrigues deixou... Foi no começo de 2004 é que eles deixaram a Igreja propriamente dito.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Inclusive no painel da Câmara deixou...

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Mudou o nome qualificativo Bispo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...de ser Bispo.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor também tinha isso?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tinha sim.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Também tinha. E depois ele continuou na coordenação dessa bancada. E depois a insurgência aí de alguns Deputados na época foi porque, decorrido algum prazo, eles começaram a ter algumas divergências, 3 ou 4, que não é o caso do Wanderval, que foi até o final sob o comando do Rodrigues, como outros da bancada também que sempre tiveram essa obediência. Então, foi no ano de 2004 que o Bispo Rodrigues inclusive perdeu aquela questão da liderança, que a própria Igreja o tirou fora e que mudou o Líder da Igreja, que passou a ser o Deputado Marcos de Jesus.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, o Deputado Marcos de Jesus exerce hoje as funções de chefia e liderança, até então atribuídas ao ex-Bispo.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu não sei se ele exerce mais ou se tem outra pessoa exercendo no lugar dele.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - É. Eles estavam substituindo também esse ponto aí.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É. O Marcos de Jesus. Mas o Marcos de Jesus assumiu após o problema do Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Estou querendo estabelecer os nexos cronológicos. O episódio em tela do recolhimento da encomenda do dinheiro ilícito foi em dezembro de 2003, 17 de dezembro. A partir de 2004, o senhor não obedeceu mais...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não mais.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...a essa liderança, seja do ex-Deputado e ex-Bispo Carlos Rodrigues...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...seja do outro chefe, do partido da Igreja Universal. Apenas uma observação, Deputado Carlos Sampaio, é evidente que aqui na Casa a gente tem obrigação constitucional mais do que qualquer outro cidadão de respeitar a liberdade religiosa e a livre organização. Nós só abordamos esse assunto porque o próprio Deputado, para justificar ele estar aqui e para afirmar sua inocência, disse que há essa hierarquia, que não é propriamente, a meu juízo, a de qualquer organização sindical e tal, em torno de uma questão como agricultura. Aqui não, o que nos chamou a atenção foi essa submissão mesmo de um mandato que não sabe nem o que o seu assessor faz porque um chefe, um superior coloca...

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Deputado Chico, uma reclamação. O Cabo Júlio está me chamando de "você". *(Risos)*

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Cabo Júlio? Ah, sim. Está certo. Mas ele pode.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Relator, pelo que se vê, com todo respeito, as promoções lá são abruptas. É através de medida provisória. O cidadão dorme bispo e amanhece coroinha. Não existe essa seqüência, essa liturgia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A bem da verdade, em quase todas as estruturas eclesiais das várias denominações... não é Deputada Angela? Nós não conseguimos eleger o Papa ainda, não é? E tem campanha diretas-já para o Vaticano.

Muito bem, voltando aqui à parte que interessa...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Deputado Chico Alencar, apenas para acrescentar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois não.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu, embora tenha deixado de exercer essa submissão ao Bispo Rodrigues e aos outros coordenadores que vieram, entendo que, sendo o meu mandato outorgado pela Igreja, eu estou aqui



para defender os interesses da Igreja. Continuo sendo, mesmo sendo membro, continuo sendo subordinado aos interesses da Igreja aqui dentro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor considera que o seu mandato foi outorgado pela Igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É, pelo povo da Igreja.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por orientação da Igreja.

O senhor afirmou também — eu queria precisar mais isso — que o Deputado Carlos Rodrigues só renunciou por ter usado o seu motorista indevidamente. De onde o senhor tirou essa informação, porque ele disse que renunciou para não ser cassado.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu entendo que...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Houve uma conversa... Quer dizer, a renúncia dele foi a expiação, foi o sacrifício?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, eu entendo que, pelo fato de ele ter vindo ao Conselho de Ética e ter mentido da forma como ele mentiu, e depois aparece o problema com o meu motorista, eu entendo que ele deve ter renunciado por causa disso. Até falei para o senhor que eu não afirmava, mas...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. É uma suposição.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Desculpe-me, Sr. Relator, mas houve outros recursos em que consta que chegaram às mãos dele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Do Deputado Carlos Rodrigues. Só para também os nobres pares aqui do Conselho entenderem, a documentação que a CPMI teve é de um encaminhamento de um fac-símile com a autorização para a Sra. Simone Reis de Vasconcelos — é muito dinheiro, não é? Assunto: saque — receber a quantia de 350 mil reais. E aí, no verso... E ela assina, ela retirou, sacou. E ela, no verso... Quer dizer, no verso tem, manuscrito, a distribuição, supõe-se, desses 150 mil: “100 mil (tracinho) — Jacinto Lamas; mais: “100 mil — Roberto Pinho” e “150 mil (ao que tudo indica, com a mesma letra) — Bispo Rodrigues”. Aí tem um tracinho, “Wanderval”, e depois “Célio” — aí já em letra de forma. Sendo que Bispo Rodrigues e Wanderval, riscados. A suposição é de que esses pegaram esses recursos. Foram essas pessoas. É esse o famoso caso do fac-símile com manuscrito no verso, que a Sra. Simone disse que não foi ela quem escreveu.



O SR. DEPUTADO RICARDO RIQUE - Questão de ordem aqui. Numa reunião rápida... Só uma... Numa reunião do PL, o Bispo Rodrigues levantou, chorou e confessou que ele tinha pego esse dinheiro e não tinha mais nada que fazer, e chorou, chorou, chorou. E confessou também, pediu perdão aos membros do PL, por ele ter colocado o Bispo Wanderval também nesse bolo quando o Wanderval não tinha nada a ver com isso. E ele assumia toda a culpa. Isso numa reunião. Só para dar mais alguns argumentos aí para o que está acontecendo. Ele confessou que tinha pego esse dinheiro — grande quantia — e também o do Wanderval. Ele usou o motorista para mandar pegar para ele sem o Wanderval saber. Tanto que Wanderval não renunciou porque não tinha culpa no cartório. Senão, renunciaria também. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Relator, só para..

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... contribuir com V.Exa., Sr. Relator. Se V.Exa. observar a letra, a assinatura que a Simone faz no anverso da folha, a letra, até mesmo o “S” é idêntico ao do verso, onde ele põe: “*Bispo Rodrigues*”. Daí por que o exame grafotécnico foi desnecessário. Há evidência; era a letra dela e ela mesma confirmou.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas “*Wanderval*” ela disse que não escreveu.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não. “*Wanderval*” e “*Célio*”, não. Para deixar claro que o dinheiro era destinado ao Bispo Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, pela ordem. Só gostaria — não é regimental — de registrar que está fazendo visita a esta Casa e a este Conselho o Presidente do Legislativo Municipal de Juiz de Fora, o Vereador Vicente de Oliveira, que está acompanhando os nossos trabalhos desde cedo. Queria fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Conselho... Só uma observação: o Conselho não firmou essa convicção de que quem renuncia ao mandato tem culpa e quem não renuncia é inocente.



O SR. DEPUTADO RICARDO RIQUE - Foi só para ilustrar, como testemunho.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Correto. Muito obrigado. Ainda... Deputado Wanderval, o senhor falou aqui mais de uma vez que o então Deputado Bispo Rodrigues usava os serviços de diversos mandatos para fazer compras, levar filhas à faculdade e tal. Esse tipo de utilização, desse o senhor tinha ciência, freqüentemente?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não. Eu não sabia, não. Ele solicitava... É por isso que eu estou lhe falando. A exemplo desses que o senhor acabou de citar aí, agora, de faculdade, de supermercado... Foi a mesma coisa do tal do saque do dinheiro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor soube disso quando, desse uso que é, obviamente, indevido?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Desse aí temporariamente eu sabia, porque aí era solicitado pelo gabinete dele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah, sim. Então, o senhor sabia desse...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Desse aí. Desse aí.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... tipo de utilização e considerava normal.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É, considerava normal, normal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Hã, hã.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É, toda semana.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas para esse tipo de uso.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Agora, para que utilizava ele não precisava nem falar. O Deputado não precisava nem falar e nem o próprio motorista.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor estava falando aqui e foi interrompido, no calor do debate, que o ex-Deputado Carlos Rodrigues entregou um papel na mão do Célio para...



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não. Foi o papel do endereço. O endereço de aonde o Célio foi. Ele não falou que era banco, não falou que era nada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso o Célio é que contou para o senhor ou o próprio ex-Deputado?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, o Célio. E o ex-Deputado contou na CPI do..., não sei, dos Bingos. Não sei, do Mensalão.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tá. E, por fim, as tarefas do Célio para o Deputado Carlos Rodrigues não eram comunicadas a V.Exa?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nunca?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Nunca foram comunicadas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nenhuma delas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Nenhuma delas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Porque na Polícia Federal o Célio declarou o contrário. Ele disse que nas outras — é textual, no depoimento dele à Polícia Federal no dia 15 de agosto — que, nas outras vezes que realizou tarefas para o Deputado Carlos Rodrigues, comunicou ao Deputado Wanderval.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Então...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Bom. mais aí o Célio virá aqui e nós vamos esclarecer.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tá.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Muito obrigado. Agradeço a paciência. Agradeço também...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Deputado Chico Alencar, eu queria dizer a V.Exa. que quando... foi dia 2 de março... aqui estou vendo nos Anais da Casa: dia 2 de março de 2004 foi quando foi tirado... de bispo dele aqui. E o meu, dia 27 de janeiro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - De 2004?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - De 2004.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Correto. Queria agradecer aos colegas do Conselho que ajudaram muito. Não existe um Relator, existe a Relatoria, que é toda coletiva e feminina, mais intuitiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer ao Relator, mas antes de encerrarmos, Srs. Deputados, eu gostaria de colocar em votação 2 requerimentos: o requerimento do Deputado José Carlos Araújo, que é Relator do Processo nº 57/2005, contra o Deputado Onyx Lorenzoni. S.Exa. pede fitas contendo as gravações brutas das televisões *Globo*, *SBT*, *Record* e *TV Câmara*. Reportagem feita no dia 6 de outubro de 2005 no Congresso Nacional.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E o requerimento do Deputado Edmar Moreira, que requer encaminhamento de dispensa de oitiva da testemunha Sr. Haroldo Bicalho e Silva.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovados os 2 requerimentos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu sei que muitos Deputados, em virtude do horário desta sessão, acabaram vindo sem almoçar e providencialmente veio um pequeno acepipe. Quero agradecer àquele que, na humildade, no anonimato, não revelou quem era. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, antes de encerrar, eu gostaria de convocá-los para a reunião de segunda-feira, dia 21, às 15h. E amanhã de manhã, às 9h30min, reunião administrativa.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, pela ordem, só para pedir que se comunique ao Deputado Fantazzini, que também tem interesse na oitiva do Deputado Pedro Corrêa, que houve essa inversão das datas. S.Exa. está aguardando a oitiva do Deputado Pedro Corrêa para segunda-feira. Seria importante, como S.Exa. não se encontra na Casa, que o gabinete dele fosse comunicado dessa inversão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Será comunicado, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É apenas uma preocupação.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Vai ser amanhã a do Pedro Corrêa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, não. A do Pedro Corrêa é na terça-feira.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Houve inversão de segunda para terça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Amanhã é reunião administrativa.

Está encerrada a sessão.